

17/10/2019

Grande Imprensa

CORREIO BRAZILIENSE - DF

[Protesto contra fusão Capes-CNPq](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP

[Política de desmanche](#)

[MEC demite secretário de regulação do ensino superior particular](#)

[Presidente da Capes tenta vaga de reitor do ITA em meio a campanha para fusão com CNPq](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[CLICK](#)

O GLOBO - RJ

[O assassinato da ciência brasileira?](#)

CORREIO BRAZILIENSE - DF

[643 municípios interessados](#)

[Candidatos podem consultar locais de prova](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP

[Nosso velho Estado e a ilusão do controle](#)

[MEC libera R\\$ 43 milhões para continuar obras em universidades federais](#)

[CEP](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[Recompensa](#)

[Ensino médico 'sob medida'](#)

[Justiça absolve Alckmin por uso de verba do Fundeb](#)

[MEC diz que 643 cidades querem escolas cívico-militares](#)

[Secretário que autorizava novos cursos é demitido](#)

O GLOBO - RJ

[Conselho Superior tem primeira reunião](#)

Imprensa Estadual

O LIBERAL - PA

[CLICK](#)

CORREIO POPULAR - SP

[MEC demite secretário ligado a faculdades privadas](#)

Agências de notícias e sites

CORREIO WEB

[Funcionários abraçam prédio da CNPq em ação contra a fusão com Capes](#)

FOLHA DE PERNAMBUCO - PE

[MEC libera R\\$ 43 milhões para continuar obras em universidades federais](#)

PORTAL ISTOÉ

[Comissão da Câmara aprova R\\$ 600 milhões para a Capes em 2020](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Comissão da Câmara aprova R\\$ 600 milhões para a Capes em 2020](#)

IG

[MEC demite secretário que cuidava de autorização de faculdades privadas](#)

PORTAL EXAME

[MEC diz que 11% dos municípios querem aderir às escolas cívico-militares](#)

PORTAL ISTOÉ

[MEC diz que 643 municípios querem aderir ao Programa de Escolas Cívico-Militares](#)

[MEC vai liberar R\\$ 43 milhões para obras em 96 instituições federais](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

CLIPPING



[MEC vai liberar R\\$ 43 milhões para obras em 96 instituições federais](#)

Agências de notícias e sites

AGÊNCIA FOLHA

[Presidente da Capes tenta vaga de reitor do ITA em meio a campanha para fusão com CNPq](#)

ANDIFES

[UFOB participa de encontro em Brasília para avaliar situação das universidades](#)

DINÂMICAS SUL-SUR

[ATAQUE À EDUCAÇÃO VAI TIRAR O PAÍS DA SOCIEDADE DO CONHECIMENTO, DIZ MARILENA CHAUI](#)

GAZETA DE VOTORANTIM

[61º Congresso Brasileiro do Concreto discute avanços tecnológicos da Engenharia Civil em Fortaleza](#)

HORA DO POVO

[70 entidades científicas criticam plano do governo de fundir CNPq e Capes](#)

HUFFPOST NEWS

[‘Querer destruir a universidade é um crime de lesa-pátria’, diz professor contra cortes na educação](#)

JORNAL DA CIÊNCIA

[Capes e reitores planejam estratégia para fixação de pesquisadores na Amazônia](#)

[Sessão na Câmara alerta para os ataques às universidades e à ciência](#)

JORNAL DA USP - SP

[Para Renato Janine, Capes e CNPq não devem ser fundidos](#)

AGÊNCIA ESTADO

[MEC demite secretário que cuidava de autorização de faculdades privadas](#)

AGÊNCIA FOLHA

[MEC libera R\\$ 43 milhões para continuar obras em universidades federais](#)

Imprensa Estadual

CORREIO DO SUL - MG

[MEC quer fundir Capes e CNPq em uma só fundação](#)

TRIBUNA DA BAHIA - BA

[Fusão CNPq/Capes](#)

Agências de notícias e sites

CARTA CAMPINAS

[Destruição da ciência brasileira ganha novo capítulo com a ideologização total da pesquisa](#)

CEILÂNDIA EM ALERTA

[Parlamentares e reitores rechaçam ataques de Bolsonaro à educação](#)

JORNAL GRANDE BAHIA

[Políticas do Governo Bolsonaro para educação são criticadas em debate no Plenário da Câmara dos Deputados](#)

REVISTA VISÃO

[Udesc Lages com processo seletivo aberto para mestrado, doutorado e bolsa de pós-doutorado da Capes](#)

TUDO DIA - SP

[Em ato histórico, Unicamp protesta contra cortes](#)

UNB NOTÍCIAS

[Lideranças que transformam](#)

VERMELHO

[Líder do PCdoB diz que fusão CNPq/Capes pode custar caro ao país](#)

DIÁRIO DA AMAZÔNIA - RO

[Enem : candidatos poderão consultar locais de prova hoje; veja](#)

FOLHA DA REGIÃO

[Vereadores e Educação discutem futuro dos banhos por agentes nas creches](#)

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA

Protesto contra fusão Capes-CNPq

A confirmação de que o governo de Jair Bolsonaro pretende fundir o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** mobilizou funcionários das duas instituições a abraçarem o prédio do CNPq, ontem, em protesto.

O governo justifica a fusão dos dois principais órgãos federais de fomento à pesquisa com base no papel semelhante que exercem. O resultado seria a criação de uma nova agência vinculada ao Ministério da Educação (MEC), intitulada Fundação Brasileira para a Ciência. O argumento para a junção está baseado em economia de recursos devido à unificação de pessoal e sistemas.

“Há notícias de que existe uma medida provisória pronta para que essa fusão aconteça. A gente precisa se posicionar, mostrar que os funcionários, o corpo técnico, servidores, a comunidade científica, são contra a fusão”, disse o diretor jurídico do Sindicato Nacional dos Gestores em Ciência e Tecnologia, Michael Morgantti.

De acordo com Morgantti, o principal ponto negativo da fusão dos dois órgãos é a perda de pesquisadores e docentes, o que resultaria em menor entrega de pesquisas. “É o efeito contrário do que o governo alega querer. E isso é sistêmico porque, ao reduzir a oferta das duas agências, isso se espalha para as instituições federais de ensino superior, que são as instituições clientes dessas duas agências. É um efeito cascata que vai ser prejudicial a todo o sistema e para o ensino superior também”, ressaltou.

Para ele, o abraço ao prédio da **Capes** sinaliza que o serviço público na área de ciência, tecnologia e educação superior está unido para defender o sistema nos moldes atuais. “O interesse é justamente defender o sistema nacional de ciência e tecnologia. Está acontecendo uma campanha de desinformação para a população, dizendo que há ineficiência, que gasta-se muito e que não há resultados concretos”, lamenta. “Na verdade, o CNPq tem um estoque gigantesco dos relatórios técnicos de pesquisa que financia”.

A confirmação da fusão foi dita pelo presidente da **Capes**, **Anderson Correia**, em uma reunião na sexta-feira. Correia concorda com a justificativa apresentada pelo governo de que ambas as instituições desempenham papéis análogos. Em comunicado, a instituição se posicionou como a favor da decisão.

*Estagiária sob a supervisão
de Cláudia Dianni

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO

Política de desmanche

Fusão da Capes com o CNPq tem tudo para virar desmanche

A exortação fazia sentido. A primeira década do século havia sido muito favorável ao desenvolvimento científico e tecnológico brasileiro, com notável expansão das múltiplas atividades que o definem, a consolidação das respectivas instituições, assim como dos recursos investidos. Segundo relatório de julho último, produzido por uma comissão de cientistas reunidos pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, entre 2002 e 2010 o orçamento do Ministério de Ciência e Tecnologia quase triplicou, enquanto o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico foi multiplicado por seis, e o orçamento da **Capes**, por oito. Cresceram igualmente as publicações

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/maria-herminia-tavares-de-almeida/2019/10/politica-de-desmanche.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

MEC demite secretário de regulação do ensino superior particular

Saída estaria ligada a descontentamentos do ministro Abraham Weintraub e de empresários

Brasília

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, demitiu o titular da secretaria responsável pela regulação e supervisão do ensino superior privado, Ataíde Alves. Por cuidar de autorizações de faculdades particulares, o cargo é alvo de forte assédio do setor empresarial e de políticos.

A pasta ainda tem uma possível baixa em breve. O presidente da **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**, **Anderson Ribeiro Correia**, se inscreveu para tentar voltar à reitoria do ITA (Instituto Tecnológico de Aeronáutica), conforme a Folha revelou nesta quarta

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/10/mec-demite-secretario-de-regulacao-do-ensino-superior-particular.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Presidente da Capes tenta vaga de reitor do ITA em meio a campanha para fusão com CNPq

Anderson Correia enfrenta protestos de funcionários do órgão diante de cortes de bolsas

Brasília

O presidente da **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**, **Anderson Ribeiro Correia**, está à procura de um emprego fora do MEC (Ministério da Educação) do governo Jair Bolsonaro.

Correia se inscreveu no processo seletivo para reitor do ITA (Instituto Tecnológico de Aeronáutica), cargo que ocupou antes de assumir a **Capes**.

O movimento ocorre em meio a uma campanha do governo para fundir o órgão com o

CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e a cortes de recursos para bolsas de pós-graduação.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/10/presidente-da-capex-tenta-vaga-de-reitor-do-ita-em-meio-a-campanha-para-fusao-com-cnpq.shtml>

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - COLUNA DO ESTADÃO CLICK

Servidores, pesquisadores e associações de ciência promoveram um “abraço” ao prédio do CNPq contra a incorporação do conselho pela fundação **Capex**.

topo ↕

O GLOBO - RJ - OPINIÃO

O assassinato da ciência brasileira?

Por que uma interrogação de tema tão contundente? No momento em que vive o Brasil, esta inquirição é necessária a título de alerta. E também é preciso entender como funciona o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI). Entre outras estruturas, no nível federal é com posto por três agências: CNPq, **Capex** e Finep, todas com mais de 50 anos de existência. O que se tem visto recentemente é a redução dos orçamentos e cortes de bolsas destas entidades, com investimentos caindo ano a ano. O orçamento previsto para 2020 é muito aquém do necessária e isso asfixia nossa ciência.

Levar o orçamento a patamar tão baixo pode equivaler a uma asfixia no SNCTI.

Combinar a fusão de CNPq e **Capex** com a transferência do FNDCT - que é o fundo destinado à pesquisa - para o BNDES, como parece estar se cogitando, pode ser considerado um esquartejamento deste sistema.

Quem não conhece o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação -estruturado ao longo de anos por mentes brilhantes, e efetivamente um projeto de Estado, e não de governos -pode ver lógica na afirmação: "Se a **Capex**, que é do Ministério da Educação, concede bolsas, e o CNPq também, por que não fundirem uma só agência?"

Porque são agências com missões muito distintas, ainda que complementares. E função da **Capex** dar suporte aos cursos de pós-graduação (formação de pesquisadores e cientistas), enquanto que o CNPq tem a missão de apoiar projetos de pesquisa de pesquisadores e cientistas formados pela **Capex**. Operam com estruturas consolidada se distintas.

Nesse sistema, a Finep, agência de inovação do Brasil, financia projetos de pesquisa e inovação no âmbito das indústrias e empresas. E promove a conexão entre estas e os pesquisadores, apoiados pelo CNPq e formados pela **Capex**.

E fato que o ser humano é uma espécie bem-sucedida graças aos avanços na ciência. Foi a capacidade de inovar e usar a tecnologia que garantiu sua sobrevivência e evolução até o estágio em que a humanidade se encontra neste Século do Conhecimento. A ciência, a tecnologia e a inovação foram responsáveis nas últimas décadas pelo aumento da expectativa de vida, em diversos aspectos. Foram responsáveis pela geração de energia em diferentes formas para as atividades humanas, pela mobilidade cada vez mais segura e rápida, pelo avanço das comunicações...

E salutar o debate sobre o tamanho do Estado e a necessidade de torná-lo mais eficiente. E aí que se colocam temas como fusões de órgãos e estruturas, extinções e absorções. Mas não parece ser neste sistema tão essencial ao nosso desenvolvimento que valha esse tipo de discussão. Ou que seja objeto de um amplo debate, com a comunidade científica, como meio acadêmico, com o meio empresarial atento à importância da inovação e à interface com a pesquisa científica, O país precisa de ciência e tecnologia e apoiar esse setor se pretende se desenvolver.

E também perseguir uma nova realidade. Ao longo de anos, o Brasil tem investido valores próximos de 1% do PIB em ciência, tecnologia e inovação, ao passo que outros países, que estão no topo dos rankings de desenvolvimento, investem 3%, 4% ou até mais do que isso, casos de Israel e Coreia do Sul. Trata-se de entender que ciência e tecnologia são base para geração de riqueza e aumento da produtividade e da competitividade, assegurando assim um desenvolvimento com lastro e sustentável alongo prazo. Para isso, é preciso manter, fortalecer e investir adequadamente no SNCTI. Caso isso não seja feito, a partir da segunda metade deste século seremos um país ainda não desenvolvido e também velho -dadas as mudanças demográficas pelas quais o país vai passar -e não uma grande nação.

Mario Neto Borges é engenheiro eletricista e foi presidente do CNPq; Gilberto Kassab é engenheiro e economista e foi ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

topo ↕

CORREIO BRAZILIENSE - DF - BRASIL

643 municípios interessados

O Ministério da Educação (MEC) anunciou ontem que 643 municípios manifestaram interesse em aderir ao modelo de escolas cívico-militares e em participar do programa lançado pela pasta. O prazo para que as prefeituras manifestassem interesse em aderir ao Programa Nacional de Escolas Cívico-Militares acabou na última sexta-feira, mas o número de escolas, segundo o MEC, ainda pode crescer, já que alguns municípios enviaram a manifestação por meio de cartas.

O ministro da Educação Abraham Weintraub considerou o número expressivo. “Mais de 10% dos municípios do Brasil demonstraram interesse. Tem excesso de demanda e não tenho excesso de oferta. Vamos ter que conversar bastante para escolher”, disse. O ministro prometeu entregar, até 15 de novembro, uma lista com as escolas que serão contempladas na primeira etapa do programa. O objetivo da pasta é militarizar 216 escolas públicas até 2023. No ano que vem, a promessa é de que o modelo chegue a 54 escolas. O objetivo é selecionar duas instituições de ensino em cada estado.

Weintraub destacou o interesse de municípios que ficam em estados que não manifestaram interesse na etapa anterior. O estado da Bahia, por exemplo, não manifestou interesse, mas teve 63 municípios que querem aderir ao programa. Na mesma situação estão os estados do Maranhão, Paraíba, Pernambuco e outros. “Se o município é muito pequeno e o governador não vai dar apoio, é mais difícil. Como a gente precisa da colaboração do estado, a gente está pensando em uma solução”, disse o ministro.

Antes de estabelecer prazo para os municípios, o MEC abriu o mesmo processo para os estados brasileiros. No início deste mês, a pasta divulgou que 15 estados e o Distrito

Federal aderiram ao modelo de escolas cívico-militares. Todos os estados do Centro-Oeste, Norte e Sul tiveram escolas que aderiram ao modelo. No Nordeste, apenas o Ceará manifestou interesse no programa e, no Sudeste, Minas Gerais.

No quesito de município, a situação se inverte. A região Nordeste é quem lidera o ranking de municípios que demonstraram interesse com 290 prefeituras interessadas. Em seguida, vem a região Sudeste, com 215, a Sul, com 54, Norte, com 46, e Centro-Oeste, com 38.

A iniciativa é destinada a escolas públicas e precisam obedecer a alguns critérios fixados. Escolas do 6º ao 9º ano, com o efetivo de 500 a 1000 alunos, e com estudantes em vulnerabilidade social, terão preferência na ordem de implementação do modelo. Outro ponto que precisa ser analisado é o número de militares disponíveis em cada município e estado. “Temos que ponderar a quantidade de militares das Forças Armadas junto ao Ministério da Defesa porque gente depende de ter os militares à disposição”, ressaltou Weintraub.

Os militares das Forças Armadas selecionados serão do quadro de reserva e receberão remuneração de 30%, além dos vencimentos como aposentados. A duração mínima do serviço é de dois anos e a máxima, de 10. Os estados ainda poderão destinar militares dos Bombeiros e Policiais para apoio.

O orçamento para o primeiro ano é de R\$ 54 milhões, ou seja, R\$ 1 milhão por escola. O dinheiro será investido no pagamento de pessoal ou na melhoria de infraestrutura, compra de material escolar, uniformes, reformas e outras coisas.

[topo](#)

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES

Candidatos podem consultar locais de prova

Candidatos inscritos no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) podem consultar onde farão as provas, marcadas para 3 e 10 de novembro. O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) disponibilizou ontem o Cartão de Confirmação da Inscrição, na Página do Participante e no aplicativo do Enem. No cartão, constam informações pessoais do participante, como CPF, número de inscrição, local de prova (com endereço e número de sala), datas e horários do exame.

No Distrito Federal, foram realizadas 95.862 inscrições, 9,83% a menos que em 2018, quando 106.308 candidatos se inscreveram no exame. De acordo com o Inep, dos participantes inscritos no DF, 25.959 já haviam consultado seu local de prova até o fechamento desta edição. Só na capital federal, são 158 locais.

O bancário João Lucas de Moraes, 30 anos, verificou onde realizará o exame logo na manhã de ontem, pelo site do Inep. Formado em Letras pela Universidade de Brasília (UnB), João Lucas fará o Enem pela segunda vez em busca do sonho de se tornar médico. “É uma coisa que eu sempre quis e tinha receio de tentar em função da concorrência. Mas é uma vontade antiga e, por isso, eu nunca me senti completamente realizado com os cursos que havia feito”, conta o bancário, que também chegou a cursar engenharia de redes e arquitetura.

Estudante de uma escola no Lago Norte, Camila Idalino, 18 anos, também consultou o Cartão de Confirmação e seu local de prova ontem. Moradora do Itapoã, ela realizará a

prova em uma escola pública do Paranoá. Segundo a estudante, que visa o curso de medicina ou outros da área de saúde, como enfermagem e odontologia, a verificação no site do Inep foi “tranquila e dinâmica”.

Como consultar?

Os candidatos podem consultar os dados relativos à sua inscrição na Página do Participante, no site do Inep. Para isso, é preciso informar o número do CPF e a senha cadastrada no momento da inscrição. O participante que não lembrar a senha pode solicitar a redefinição e cadastrar uma nova. Por meio de seu site, o Inep orienta os participantes a recuperar a senha ou alterar o endereço de e-mail cadastrado.

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER

Nosso velho Estado e a ilusão do controle

O Brasil falhou na prestação de serviços e a conta é paga pelos mais pobres

Semana passada escrevi defendendo a ideia de que o Brasil deveria avançar na direção de uma reforma do Estado, e não apenas em um ajuste nas carreiras do setor público (que é obviamente importante).

Arriscaria dizer que a mais ousada e bem-sucedida experiência de parceria público-privada brasileira veio da esquerda, do governo Lula, e foi na educação: o ProUni, que já formou perto de meio milhão de jovens brasileiros de baixa renda, a baixo custo e sem burocracia, na última década e meia.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/fernando-schuler/2019/10/nosso-velho-estado-e-a-ilusao-do-controle.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

MEC libera R\$ 43 milhões para continuar obras em universidades federais

Liberação ocorre em meio contingenciamento e discussão com reitores sobre

Future-se

Brasília

O MEC (Ministério da Educação) vai liberar R\$ 43 milhões para continuidade de obras em universidades federais. Os valores vão permitir investimentos em 96 construções em andamento.

De acordo com o secretário de Educação Superior do MEC, Arnaldo Lima Junior, os valores foram remanejados dentro do orçamento da pasta e não se trata de algum descongelamento de recursos. "Esses valores não estavam previstos e, com isso, vamos conseguir aumentar em 50% a capacidade de investimento".

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/10/mec-libera-r-43-milhoes-para-continuar-obras-em-universidades-federais.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - MÔNICA BERGAMO

CEP

A Secretaria Especial da Cultura pode ser transferida do Ministério da Cidadania para o Ministério da Educação. O martelo só será batido depois da aprovação da reforma da

Previdência, quando Jair Bolsonaro deve promover uma reforma ministerial.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2019/10/stf-deve-barrar-tentativa-do-psl-de-aprovar-pec-de-prisao-em-2a-instancia.shtml>

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - SONIA RACY

Recompensa

Depois de perder verbas no início do governo Bolsonaro – foi uma das atingidas na polêmica do Planalto com a Alemanha e a Noruega –, a Fundação Amazonas Sustentável vira o jogo: acaba de ganhar, como antecipou ontem a coluna, o Prêmio Unesco de Educação 2019.

É a primeira instituição social do continente a receber o título. Ganhará US\$ 50 mil, que a Unesco entrega dia 15 de novembro, em Paris.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ESPAÇO ABERTO

Ensino médico ‘sob medida’

A História nos mostra que a formação dos médicos sempre se adaptou ao tipo de tratamento disponível na época e ao perfil dos pacientes a que se destinava. Há 6 mil anos, a escola de Ayurveda, diante da falta total de conhecimentos, preparava seus alunos em mosteiros visando a neles induzir hábitos capazes de lhes conferir uma aura superior que facilitasse sua atuação. De fato, deviam apenas preparar os pacientes para aceitarem com resignação as doenças e os sofrimentos que o destino lhes impunha.

A seguir, sucessivamente, os médicos foram ensinados a diagnosticar as doenças, a tratá-las, a evitá-las por vacinas ou por cuidados ambientais, impedir sua transmissão por hereditariedade e, finalmente, a curá-las. Agora tentam retardar o envelhecimento e, quem sabe, evitar a morte.

No Brasil nos defrontamos com um problema de difícil solução para bem adequar o ensino médico à nossa realidade. Decorre, principalmente, de três fatos: grande diversidade social com predomínio dos socialmente desassistidos, rápido desenvolvimento tecnológico nas últimas décadas e, não menos importante, aumento geométrico do número de faculdades de medicina.

Diante dessa realidade devemos desenvolver um programa de ensino médico “sob medida” compatibilizando-o àquelas três variáveis, o que não é fácil, uma vez que sob certos aspectos são antagônicas entre si.

De fato, a população menos favorecida depende de uma série de medidas que, no conjunto, constituem a assim chamada assistência básica. Apoia-se em áreas de conhecimento já sedimentadas, diferentes das criadas pelo progresso recente. Leia-se informática, engenharia eletrônica, robótica, inteligência artificial, etc. A aproximação desses dois mundos tão díspares é necessária. Entretanto, cria muitos problemas cuja solução individual é impossível de ser ensinada num curso de graduação. O que se propõe, então, é estimular nos alunos o raciocínio ativo, que permite resolver problemas em geral. Em vez de lhes oferecer apenas soluções já prontas, propõe-se ensiná-las a como criá-las.

Capacitados para essa atividade, os alunos estarão preparados para solucionar as dificuldades que aparecerem ao longo do seu percurso profissional, muitos delas imprevisíveis. Para atingir esses objetivos, o programa de ensino deve obedecer a algumas premissas.

- Valorizar a assistência básica integrando o aluno no atendimento prestado pelo SUS às comunidades menos assistidas. Por ele tomará conhecimento das variáveis sobre as quais exercerá a maior parte de sua profissão. Essa inserção é coerente com o conceito moderno que define o trabalho como um espaço produtor de saber.
- Apresentar os recentes métodos de diagnóstico e tratamento salientando as novas perspectivas para o melhor atendimento aos pacientes, desassistidos ou não. Para isso, incluir no programa cursos teórico-práticos sobre biotecnologia moderna, como engenharia eletrônica, robótica e informática, entre outras.
- Estimular os alunos a elaborar projetos-ponte entre ensino e prática médica nas circunstâncias do nosso país, valorizando os aplicativos com intervenção na realidade. Assim fazendo deslocamos o estudante de uma posição passiva de receber e reproduzir informações para outra, mais ativa, procurando soluções para os nossos problemas atuais de saúde.

Em síntese, devemos promover trajetórias de formação médica que permitam a construção de uma identidade profissional articulada às necessidades da sociedade brasileira e ao mesmo tempo consciente do progresso tecnológico atual. A aplicação dessas premissas pressupõe a valorização de algumas linhas mestras nos programas de ensino.

- A conduta do médico moderno deve-se balizar pelos princípios éticos com um cuidado maior que o de todas as gerações que nos precederam. Por exemplo, o progresso atual da engenharia genética cria possibilidades que, apesar de atraentes para o paciente como indivíduo, podem, no futuro, afetar a dignidade da espécie humana como um todo (eugenia).
- O único raciocínio criativo é o horizontal, que associa uma ideia A à uma ideia B, daí resultando uma ideia nova C. Contrapõe-se ao raciocínio vertical, pelo qual a mesma ideia é sucessivamente aperfeiçoada, originando versões A1, A2, A3, etc., cada vez com maior detalhe, não estimulando novas ideias. Saliente-se que o raciocínio horizontal é tão mais eficiente quanto mais fundamentado em evidências, não considerando interpretações subjetivas, mesmo se já consagradas pelo tempo.
- A solução de problemas complexos, como a compatibilização no Brasil da assistência básica com o progresso recente, depende do trabalho em equipe. A diversidade dos novos campos de conhecimento torna inviável o trabalho solitário.
- Mas o trabalho em equipe depende de um tipo de chefia emergencial que se contrapõe ao antigo magister dixit. No primeiro, cada setor é liderado pelo membro da equipe que melhor domina uma determinada área de conhecimento, conferindo ao chefe a função de acompanhar o trabalho de todos e orientar o grupo em direção às metas programadas.
- Nunca como agora se torna importante o exemplo dado pelos professores.

Recentemente neurocirurgiões italianos descreveram um núcleo morfofuncional no cérebro – núcleo espelho – responsável pela exata repetição dos movimentos e sensações observados pela primeira vez. Mais cedo ou mais tarde, os alunos adotarão os princípios e repetirão as atitudes dos seus professores.

Visando essas metas e obedecendo a esses princípios formaremos médicos que, de um lado, serão capazes de atender às necessidades do nosso país e, de outro, farão por merecer a posição que o médico deve ocupar na sociedade moderna.

Precisamos bem adequá-lo à realidade do País e ao progresso da biotecnologia

PROFESSOR EMÉRITO DA FACULDADE DE MEDICINA DA USP, É MEMBRO DO CONSELHO CONSULTIVO DO CENTRO UNIVERSITÁRIO MAX PLANCK

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - POLÍTICA

Justiça absolve Alckmin por uso de verba do Fundeb

A Justiça de São Paulo rejeitou ação de improbidade administrativa movida pelo Ministério Público Estadual contra o ex-governador Geraldo Alckmin (PSDB) e o ex-secretário da Fazenda Helcio Tokeshi.

Os dois eram acusados de, em 2018, terem tirado R\$ 3 bilhões do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) para cobrir déficit do sistema previdenciário estadual (SPPrev), destinado a servidores do Estado.

A decisão foi proferida na sexta-feira passada, pelo juiz Thiago Baldani Gomes de Filippo, da 8.ª Vara de Fazenda Pública de São Paulo.

O magistrado extinguiu o processo por considerar não haver ato de improbidade administrativa e pela “manifesta improcedência” da ação.

Em resposta à acusação, a dupla alegou que não ocupava mais os cargos públicos no período no qual os recursos do Fundeb foram utilizados para cobrir gastos com aposentados – a partir de julho de 2018. O tucano renunciou ao cargo de governador de São Paulo em abril.

Fábio de Oliveira Machado, advogado de Alckmin, disse que a decisão “corroborava a lisura e honestidade do ex-governador Geraldo Alckmin no trato da coisa pública”.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

MEC diz que 643 cidades querem escolas cívico-militares

O Ministério da Educação (MEC) anunciou ontem que 643 municípios de todas as regiões do País manifestaram interesse em aderir ao piloto do programa de escolas cívico-militares. A expansão de instituições nesse modelo, que prevê a participação de militares da reserva em atividades educacionais e administrativas, é uma promessa de campanha do presidente Jair Bolsonaro. Ainda não está definido quantos serão atendidos.

O ministro Abraham Weintraub disse que o ministério vai fazer a seleção levando em consideração indicadores sociais, tamanho e a disponibilidade de militares nessas cidades. A lista dos contemplados será divulgada até 15 de novembro.

Weintraub destacou que o Nordeste foi a região do País com o maior número de prefeituras interessadas, 290. No início do mês, na fase anterior do programa que previa a inscrição dos governos estaduais, só o Ceará manifestou interesse no Nordeste – ainda não se sabe o que será feito se não houver o interesse estadual. “É preciso massa crítica para ter escola cívico-militar sendo instalada. Se o município é muito pequeno e o Estado não vai dar apoio para a implementação, fica difícil. Se eu não tiver militar das Forças Armadas disponível naquele município, eu preciso que o governo dê policiais militares ou bombeiros”, explicou.

São Paulo. O ministro disse também não saber se vai poder atender aos municípios de Estados que manifestaram interesse no programa após o prazo inicial. É o caso de São Paulo.

“Alguns Estados disseram que perderam prazo, que tiveram problema ou que mudaram de ideia. Para esses, a gente vai reabrir em algum momento, mas eu preciso fazer de uma forma não voluntariosa, mas técnica”, disse Weintraub. E completou dizendo que o ministério contemplará “quem seguiu todos os prazos certinho”.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

Secretário que autorizava novos cursos é demitido

Atuação de Ataíde Alves em área responsável por abertura de faculdades não estaria agradando pela falta de agilidade

O ministro Abraham Weintraub demitiu o titular da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (Seres), Ataíde Alves. Ele era responsável por uma área considerada estratégica no Ministério da Educação (MEC), que aprova o credenciamento de novas faculdades e abertura de cursos na rede particular de ensino.

Oficialmente, o MEC não confirma a demissão. De perfil técnico, Alves atuava na pasta desde o governo Michel Temer e assumiu a chefia da Seres no fim de abril. O cargo foi o último a ser ocupado na gestão Weintraub.

O Estado apurou que a atuação de Alves não estava agradando a dirigentes e donos de faculdades particulares, pela falta de agilidade na liberação de novos credenciamentos. Ele também teria travado as discussões para desburocratizar o processo de regulação, contrariando o que vem defendendo o ministro. Em eventos do setor, Weintraub defende uma autorregulação das faculdades privadas com a mínima interferência governamental.

Outro motivo que teria levado à demissão de Alves é que ele estaria dificultando o andamento de um novo programa que o MEC pretende lançar para aumentar a carga horária de aulas no ensino médio. A proposta anunciada em agosto era que faculdades privadas recebessem alunos dessa etapa para complementar os estudos e em troca ganhassem um “bônus regulatório”, um acréscimo na nota da avaliação feita pelo governo. A ideia é aproveitar a estrutura das faculdades, como laboratórios e salas de informática.

No início do governo Bolsonaro, a nova equipe do MEC enfrentou dificuldades para ocupar e manter nomes nos cargos. Em menos de três meses, houve mais de 15 exonerações no alto escalão. Sem experiência em gestão e com poucas conexões na área

educacional, o ex-ministro Ricardo Vélez Rodríguez montou uma equipe a partir da indicação de vários grupos, o que resultou em uma disputa de interesses.

Future-se. O MEC planeja entregar o projeto de lei do Future-se para o Congresso, conforme o Estado apurou, até o dia 8 de novembro. Como o Ministério Público Federal (MPF) pediu para que fosse refeita a consulta pública sobre o programa para atender às regras previstas pela legislação, a comunidade acadêmica terá pouco mais de três semanas para discutir a nova minuta. Dirigentes de universidades federais consideram o prazo curto.

O Future-se é defendido pelo ministério como uma alternativa de financiamento para as universidades federais, que enfrentam uma crise orçamentária. O programa estimula a captação de recurso privado para financiar as instituições e flexibiliza regras para a contratação de professores, por exemplo.

A nova minuta foi apresentada ontem pelo secretário de ensino superior, Arnaldo Lima, para um grupo de reitores. Foi retirado o trecho que dizia que a diminuição de gastos com servidores seria um indicador obrigatório no contrato de adesão.

topo ↕

O GLOBO - RJ - SEGUNDO CADERNO

Conselho Superior tem primeira reunião

Membros do Conselho Superior de Cinema, órgão encarregado de propor políticas para o audiovisual, se reuniram pela primeira vez em 2019. Ministros e secretários se comprometeram a destravar fundo que fomenta o setor, paralisado desde o início do ano

Na primeira reunião do ano do Conselho Superior do Cinema (CSC), órgão responsável por propor políticas para o setor, o governo anunciou ontem que vai destravar os recursos do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA), que fomenta o audiovisual brasileiro. A não distribuição de recursos do FSA é, hoje, um dos principais entraves à produção de filmes e séries de televisão no Brasil.

Outra medida que será tomada em breve é a composição do Comitê Gestor do FSA, que decide como alocar recursos do fundo. Na reunião de ontem, realizada no Palácio do Planalto, o governo apresentou uma lista preliminar de nove candidatos, de onde sairão três titulares e três suplentes. A escolha será tomada em futuras reuniões, e é fundamental para a tomada de decisões, como a liberação do dinheiro.

Entre os representantes do governo na reunião estavam os ministros da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, e da Educação, Abraham Weintraub; o secretário especial de Cultura, Ricardo Braga; a secretária nacional da Justiça, Maria Hilda Marsiaj; e o secretário-executivo do Ministério da Economia, Marcelo Guarany.

Eles se reuniram com membros do Conselho Superior de Cinema nomeados no fim do governo de Michel Temer, mas que até hoje não tinham tomado posse. Entre eles, o cineasta Bruno Barreto.

— Onyx reconheceu que cinema é uma atividade importantíssima para a economia do país —relatou Barreto, diretor de filmes como “O que é isso, companheiro?” (1997) e “Dona Flor e seus dois maridos” (1976). — Eles se desculparam pelo “tempo perdido” e por só recomeçar (a dar atenção ao assunto) agora.

A próxima reunião com o Conselho está marcada para 12 de novembro. A ideia é que sejam feitos encontros mensais.

— Foi uma boa reunião, com um discurso de aproximação com a classe audiovisual — avalia Leonardo Edde, presidente do Sindicato Interestadual da Indústria Audiovisual (Sicav).

O encontro havia sido convocado na semana passada pela Casa Civil, que desde julho controla o CSC. Mas a pauta era cercada de mistério. O convite enviado aos participantes dizia apenas que a reunião tinha “o objetivo de interação dos membros, discussão sobre a necessidade de atualização do Regimento Interno do Conselho, e identificar temas de interesse para compor pautas das próximas reuniões”.

Em julho, o presidente Jair Bolsonaro reduziu a participação de membros da indústria do audiovisual e da sociedade civil no CSC, que passou a contar com mais integrantes do governo do que nomes ligados ao setor — sete ministros contra cinco representantes do audiovisual (até então, a divisão era paritária: nove membros do governo e nove da indústria do cinema e da sociedade civil). Como o convite da reunião contemplou todos os nove nomeados do governo Temer, além de outros representantes do setor, ainda não se sabe quem fica dentro das cinco vagas disponíveis.

‘FRENTE BACURAU’

Também ontem, em Brasília, a Câmara dos Deputados homenageou a atriz Fernanda Montenegro pelos seus 90 anos em sessão solene no plenário (a atriz não estava presente).

O evento marcou ainda o lançamento da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Cinema e Audiovisual Brasileiros, que tem o objetivo de valorizar a arte e a produção de cinema e audiovisual no país, “inclusive as oriundas da produção independente”. Informalmente, ela vem sendo chamada de “Frente Bacurau”, em referência ao filme de Kleber Mendonça Filho.

— Foi uma iniciativa de fazer uma correlação com o que estamos vivendo: de ataques à cultura, a atuação do poder público em relação ao segmento, a questão da Ancine, diminuição do orçamento e uma série de problemas do setor — disse o coordenador da Frente, o deputado Tadeu Alencar (PSB-CE).

Ao todo, 245 deputados e 18 senadores assinaram para criá-la. Entre os deputados que manifestaram apoio à iniciativa, nove são do PSL.

topo ↕

O LIBERAL - PA - COLUNAS CLICK

Servidores, pesquisadores e associações de ciência promoveram um “abraço” ao prédio do CNPq contra a incorporação do conselho pela fundação **Capex**.

topo ↕

CORREIO POPULAR – SP - BRASIL MEC demite secretário ligado a faculdades privadas

O ministro Abraham Weintraub demitiu o titular da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (Seres), Ataíde Alves. Ele era responsável por uma área considerada estratégica no Ministério da Educação (MEC) já que aprova o credenciamento de novas faculdades e abertura de novos cursos na rede particular de ensino. O secretário costuma sofrer pressão tanto de políticos como de grupos educacionais. De perfil técnico, Alves atuava no Ministério da Educação (MEC) desde o governo Michel Temer. Ele assumiu a chefia da Seres no fim de abril. O cargo dele foi o último a ser ocupado na gestão Weintraub. A reportagem apurou que a atuação de Alves não estava agradando dirigentes e donos de faculdades particulares por falta de agilidade na liberação de novos credenciamentos. Ele também teria travado as discussões para desburocratizar o processo de regulação, contrariando o que vem defendendo o ministro. Em eventos do setor, Weintraub defende uma autoregulação das faculdades privadas com a mínima interferência do Estado. Outro motivo teria levado à demissão de Ataíde é que ele estaria dificultando o andamento de um novo programa que o MEC pretende lançar para aumentar a carga horária de aulas no ensino médio. A proposta anunciada em agosto era que faculdades privadas recebessem alunos dessa etapa para complementar os estudos e em troca ganhariam um um acréscimo na nota da avaliação feita pelo governo.

topo ↕

CORREIO WEB - TEMPO REAL

Funcionários abraçam prédio da CNPq em ação contra a fusão com Capes

Governo justifica a junção com a economia de recursos da unificação das funções

A confirmação de que o governo de Jair Bolsonaro pretende fundir o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) e a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** mobilizou funcionários das duas instituições a abraçarem o prédio do CNPq, nesta quarta-feira (16/10). O governo justifica a fusão dos dois principais órgãos federais de fomento à pesquisa com base no papel semelhante que exercem e na economia de recursos, pois unificaria pessoal e sistemas. O resultado seria a criação de uma agência vinculada ao Ministério da Educação (MEC), intitulada Fundação Brasileira para a Ciência. Continua depois da publicidade

Circula entre os funcionários a informação de que está na mesa do presidente da República a Medida Provisória (MP) para a criação da instituição. "Há notícias de que existe uma MP pronta para que essa fusão ocorra, a gente precisa se posicionar contra isso, mostrar que os funcionários, o corpo técnico, servidores, a comunidade científica, são contra a fusão", comenta o diretor jurídico do Sindicato Nacional dos Gestores em C&T (SindGCT), Michael Morgantti.

De acordo com Morgantti, o principal ponto negativo da fusão dos dois órgãos é a perda de pesquisadores e docentes, resultando em menor entrega de pesquisas e êxitos. "É o efeito contrário do que o governo alega querer. E isso é sistêmico, por que ao reduzir a oferta das duas agências, isso se espalha para as instituições federais de ensino superior, que são as clientes. É um efeito cascata que vai ser prejudicial a todo o sistema e para o ensino superior também", ressalta.

Morgantti conta que o abraço ao prédio da CNPq ocorreu para sinalizar que o serviço público na área de ciência, tecnologia e educação superior está unido para defender o sistema nos moldes atuais. "O interesse é justamente defender o sistema nacional de C&T (ciência e tecnologia) porque está acontecendo uma campanha de desinformação

para a população, dizendo que ineficiente, gasta muito e que não apresenta resultados concretos de melhorias", relata.

Para ele, a economia que o governo visa com a fusão enfraquece diretamente ciência e tecnologia. "Fomentamos pesquisas tanto básicas quanto aplicadas, essa missão do CNPQ vem sendo cumprida com louvor se considerar que atualmente o Brasil se encontra na 13ª posição mundial na produção de pesquisa científica", diz.

Divergências

O presidente da **Capes**, **Anderson Correia**, confirmou a fusão em uma reunião na última sexta-feira (11/10). Correia concorda com a justificativa apresentada pelo governo de que ambas instituições desempenham papéis análogos. Em comunicado, a **Capes** se posicionou como a favor da "decisão que o presidente da República considerar mais conveniente para o Brasil".

Em contrapartida, o presidente do CNPq, João Luiz Filgueiras de Azevedo, não considera a junção adequada, tendo em vista as diferenças de missão e atuação de cada uma. Em nota, a instituição afirma que "ambas são essenciais dentro dos seus propósitos e uma fusão entre elas pode prejudicar significativamente a missão de cada uma".

O CNPq, alinhado com o Ministério da Ciência Tecnologia Inovações e Comunicações, fomenta a pesquisa e a inovação, enquanto a **Capes** é responsável pelo desenvolvimento dos cursos de pós-graduação no país. Ambas as instituições foram criadas em 1951, no governo de Getúlio Vargas.

topo ↕

FOLHA DE PERNAMBUCO - PE - TEMPO REAL

MEC libera R\$ 43 milhões para continuar obras em universidades federais De acordo com o secretário de Educação Superior do MEC, Arnaldo Lima Junior, os valores foram remanejados dentro do orçamento da pasta

O MEC (Ministério da Educação) vai liberar R\$ 43 milhões para continuidade de obras em universidades federais. Os valores vão permitir investimentos em 96 construções em andamento.

De acordo com o secretário de Educação Superior do MEC, Arnaldo Lima Junior, os valores foram remanejados dentro do orçamento da pasta e não se trata de algum descongelamento de recursos. "Esses valores não estavam previstos e, com isso, vamos conseguir aumentar em 50% a capacidade de investimento".

O foco é na conclusão de obras, segundo Lima. Do total liberado, R\$ 14,3 milhões serão destinados para a finalização de 54 obras identificadas com execução física igual ou maior a 75%. O restante do valor será aportado em 42 obras também anteriormente pactuadas, mas já iniciadas.

Segundo o MEC, a pasta havia empenhado cerca de R\$ 82 milhões para obras neste (mas não houve a execução final). A liberação desse R\$ 43 milhões estará disponível já a partir desta quinta-feira (17). Os recursos serão destinados para obras em 35 universidades. Entre as principais construções, segundo o MEC, estão o Complexo de Saúde da UFLA (Universidade Federal de Lavras), e o Instituto de Ciências Básicas de Saúde da UFRGS (Federal do Rio Grande do Sul).

O MEC passa por um contingenciamento de recursos que também atinge o orçamento das federais. O governo Jair Bolsonaro (PSL) liberou no fim do mês passado R\$ 1,99 bilhão do valor congelado no início do ano –restam congelados, no entanto, R\$ 3,8 bilhões.

Do dinheiro desbloqueado, R\$ 1,156 bilhão (58%) foi para as universidades e institutos federais. Mesmo com a restituição recém anunciada, as universidades continuam com o bloqueio de 18% do orçamento discricionário (sem contar salário). O governo também tenta emplacar o Future-se, que prevê iniciativas de fomento ao financiamento privado nas federais e a atuação de organizações sociais.

O projeto, em discussão dentro do MEC, enfrenta resistência de parcela dos reitores. A informação sobre a liberação do recurso ocorre no mesmo dia em que o secretário se reúne com a Andifes (organização que reúne os reitores) para falar sobre o assunto.

Segundo Lima, o projeto chegou a ter diretrizes de redução de gastos com pessoal para que a instituição pudesse aderir ao Future-se, mas essa ideia não constará a proposta final, prometeu o secretário. "Não haverá medida de redução de pessoal para participação do Future-se", disse.

Parte dos reitores questiona o foco dado às organizações sociais e, posteriormente, às fundações e também possíveis riscos de o programa acentuar desigualdades entre grandes e pequenas instituições.

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

Comissão da Câmara aprova R\$ 600 milhões para a Capes em 2020

A Comissão de Educação da Câmara dos Deputados aprovou, na quarta-feira (16) um acréscimo de R\$ 600 milhões para o orçamento da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** em 2020. Segundo informações do Ministério da Educação, o valor garante mais 135 mil vagas para os programas de formação de professores e a criação de 6 mil bolsas de pós-graduação e pesquisa.

Duas emendas foram aprovadas. Segundo a **Capes**, uma de R\$ 300 milhões, proposta pelo MEC, viabiliza a manutenção de todos os editais dos Programas de Mestrado Profissional para Qualificação de Professores da Rede Pública de Educação Básica (ProEB), do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), Residência Pedagógica e Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor), além de permitir a criação de novos programas.

O presidente da **Capes**, **Anderson Correia**, durante lançamento dos editais do Programa Ciência é 10 (C10)

O presidente da **Capes**, **Anderson Correia**, disse que as emendas equilibram o orçamento da instituição em 2020 – José Cruz/Agência Brasil

A segunda proposta garante R\$ 300 milhões para novas bolsas de pesquisa de pós-graduação, sendo 2 mil de mestrado, 3,5 mil de doutorado e 500 de pós-doutorado no Brasil e no exterior.

Anderson Correia, presidente da **Capes**, disse que as emendas equilibram o orçamento da instituição em 2020. "Estaremos muito bem no próximo ano, atendendo a todos os bolsistas, programas e lançando novas iniciativas", afirmou.

Para o valor ser liberado é preciso que as duas emendas seguem sejam aprovadas por deputados e senadores na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO).

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Comissão da Câmara aprova R\$ 600 milhões para a Capes em 2020

A Comissão de Educação da Câmara dos Deputados aprovou, na quarta-feira (16) um acréscimo de R\$ 600 milhões para o orçamento da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** em 2020. Segundo informações do Ministério da Educação, o valor garante mais 135 mil vagas para os programas de formação de professores e a criação de 6 mil bolsas de pós-graduação e pesquisa.

Duas emendas foram aprovadas. Segundo a **Capex**, uma de R\$ 300 milhões, proposta pelo MEC, viabiliza a manutenção de todos os editais dos Programas de Mestrado Profissional para Qualificação de Professores da Rede Pública de Educação Básica (ProEB), do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), Residência Pedagógica e Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor), além de permitir a criação de novos programas.

A segunda proposta garante R\$ 300 milhões para novas bolsas de pesquisa de pós-graduação, sendo 2 mil de mestrado, 3,5 mil de doutorado e 500 de pós-doutorado no Brasil e no exterior.

Anderson Correia, presidente da **Capex**, disse que as emendas equilibram o orçamento da instituição em 2020. "Estaremos muito bem no próximo ano, atendendo a todos os bolsistas, programas e lançando novas iniciativas", afirmou.

Para o valor ser liberado é preciso que as duas emendas seguem sejam aprovadas por deputados e senadores na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO).

topo ↕

IG - TEMPO REAL

MEC demite secretário que cuidava de autorização de faculdades privadas Segundo Abraham Weintraub, o secretário estaria dificultando o andamento de um novo programa que o MEC pretende lançar para aumentar a carga horária de aulas no ensino médio

Brasília - O ministro Abraham Weintraub demitiu o titular da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (Seres), Ataíde Alves. Ele era responsável por uma área considerada estratégica no Ministério da Educação (MEC) já que aprova o credenciamento de novas faculdades e abertura de novos cursos na rede particular de ensino. O secretário costuma sofrer pressão tanto de políticos como de grupos educacionais.

De perfil técnico, Alves atuava no Ministério da Educação (MEC) desde o governo Michel Temer. Ele assumiu a chefia da Seres no fim de abril. O cargo dele foi o último a ser ocupado na gestão Weintraub.

A reportagem apurou que a atuação de Alves não estava agradando dirigentes e donos de faculdades particulares por falta de agilidade na liberação de novos credenciamentos. Ele também teria travado as discussões para desburocratizar o processo de regulação, contrariando o que vem defendendo o ministro. Em eventos do setor, Weintraub defende uma autoregulação das faculdades privadas com a mínima interferência do Estado.

Outro motivo teria levado à demissão de Ataíde é que ele estaria dificultando o andamento de um novo programa que o MEC pretende lançar para aumentar a carga horária de aulas no ensino médio. A proposta anunciada em agosto era que faculdades privadas recebessem alunos dessa etapa para complementar os estudos e em troca ganhariam um "bônus regulatório", um acréscimo na nota da avaliação feita pelo governo. A ideia é aproveitar a estrutura das faculdades, como laboratórios e salas de informática.

O ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, muito ligado a Weintraub, tenta indicar o chefe da Seres desde o início do governo Bolsonaro. A secretaria é muito conhecida por ser um local de barganha política. Deputados e senadores costumam pressionar o titular para que haja a liberação de faculdades e cursos em seus redutos eleitorais.

Com a demissão do ex-ministro Ricardo Vélez Rodríguez, Weintraub chegou a anunciar a recondução do ex-secretário da Seres durante a governo Temer, Silvio Cecchi, que já atuou em grupos educacionais e hoje é assessor especial da Casa Civil. O nome, no entanto, causou divergências, principalmente na ala militar. O cargo ficou vago por semanas.

O ex-ministro Ricardo Vélez Rodríguez havia nomeado para a secretaria seu ex-aluno Marcos Antônio Barroso Faria. Entre seus diretores subordinados, estavam alguns integrantes da ala militar do MEC.

Foi durante a gestão Vélez que o Ministério da Educação promoveu um "mutirão" nos primeiros meses do ano para acelerar a abertura de novas universidades no País. Pedidos de credenciamento que estavam parados havia anos na pasta foram liberados para análise do Conselho Nacional de Educação (CNE). No entanto, com a chegada de Weintraub esse movimento estagnou, segundo fontes do setor privado.

topo 

PORTAL EXAME - TEMPO REAL

MEC diz que 11% dos municípios querem aderir às escolas cívico-militares Abraham Weintraub destacou que o Nordeste foi a região do País com o maior número de prefeituras interessadas no programa, 290 no total

São Paulo – O Ministério da Educação (MEC) anunciou nesta quarta-feira, 16, que 643 municípios de todas as regiões do País manifestaram interesse em aderir ao piloto do Programa de Escolas Cívico-Militares. A expansão de escolas nesse modelo, que prevê a participação de militares da reserva em atividades educacionais e administrativas das unidades, é uma promessa de campanha do presidente Jair Bolsonaro.

O ministro Abraham Weintraub disse que o ministério vai fazer a seleção — levando em conta os indicadores sociais, tamanho e a disponibilidade de militares nessas cidades — a lista dos municípios contemplados será divulgada até 15 de novembro.

Weintraub destacou que o Nordeste foi a região do País com o maior número de prefeituras interessadas no programa, 290. No início do mês, na fase anterior do programa que previa a inscrição dos governos estaduais, entre os Estados nordestinos, apenas o Ceará manifestou interesse em aderir. Ele disse que o ministério estuda uma “solução” para os casos em que o Estado não manifestou interesse, mas o município quer a implementação do modelo.

“É preciso ter massa crítica para ter escola cívico-militar sendo instalada. Se o município é muito pequeno e o Estado não vai dar apoio para a implementação, fica difícil. Se eu não tiver militar das Forças Armadas disponível naquele município, eu preciso que o governo estadual dê policiais militares ou bombeiros”, explicou.

A segunda região com mais adesão foi a Sudeste, com 215 municípios. Em seguida, Sul (54), Norte (46) e Centro-Oeste (38).

O ministro disse ainda não saber se vai poder atender os municípios de Estados que manifestaram interesse no programa após o prazo. Ele disse que a decisão será anunciada até 15 de novembro. É o caso de São Paulo, que vive um imbróglío com o MEC. O secretário estadual de educação, Rossieli Soares, disse ao jornal Folha de São Paulo que era “difícil aderir a um programa sem saber o que é”, mas dias depois recuou e pediu a extensão do prazo para que pudesse também aderir.

“Alguns Estados disseram que perderam prazo, que tiveram problema ou que mudaram de ideia. Para esses, a gente vai reabrir [o programa] em algum momento, mas eu preciso fazer de uma forma não voluntariosa, mas técnica”, disse Weintraub. E completou dizendo que o ministério vai “contemplar quem seguiu todos os prazos certinho”.

Ele explicou que o ministério tem um prazo para definir os municípios e escolas, uma vez que o projeto piloto terá início no próximo ano. “Se não quer ou está em dúvida, pode esperar e entrar mais pra frente. Afinal, o governador pode mudar de opinião. É um programa que a gente quer expandir, a gente vai soltar um projeto piloto que tem que ser um sucesso muito grande e aí expandimos pelo Brasil”.

O plano do governo é de instalar o modelo em 54 unidades no próximo ano, inicialmente a ideia era ter duas em cada Estado. O ministro não informou se deve manter essa divisão. O orçamento previsto para o programa em 2020 é de R\$ 54 milhões, 1 milhão por unidade que aderir. Os recursos serão usados para melhoria de infraestrutura e para o pessoal.

Segundo Weintraub, o Ministério da Defesa vai ajudar na escolha dos municípios, já que a instalação do programa depende da disponibilidade local de militares, de preferência da reserva, para atuar nas escolas. Nos casos em que as Forças Armadas não puderem atender, o MEC irá solicitar que os governadores cedam policiais militares ou bombeiros.

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

MEC diz que 643 municípios querem aderir ao Programa de Escolas Cívico-Militares

O Ministério da Educação (MEC) anunciou nesta quarta-feira, 16, que 643 municípios de todas as regiões do País manifestaram interesse em aderir ao piloto do Programa de Escolas Cívico-Militares. A expansão de escolas nesse modelo, que prevê a participação de militares da reserva em atividades educacionais e administrativas das unidades, é uma promessa de campanha do presidente Jair Bolsonaro.

O ministro Abraham Weintraub disse que o ministério vai fazer a seleção – levando em conta os indicadores sociais, tamanho e a disponibilidade de militares nessas cidades – a lista dos municípios contemplados será divulgada até 15 de novembro.

Weintraub destacou que o Nordeste foi a região do País com o maior número de prefeituras interessadas no programa, 290. No início do mês, na fase anterior do programa que previa a inscrição dos governos estaduais, entre os Estados nordestinos, apenas o Ceará manifestou interesse em aderir. Ele disse que o ministério estuda uma “solução” para os casos em que o Estado não manifestou interesse, mas o município quer a implementação do modelo.

“É preciso ter massa crítica para ter escola cívico-militar sendo instalada. Se o município é muito pequeno e o Estado não vai dar apoio para a implementação, fica difícil. Se eu não tiver militar das Forças Armadas disponível naquele município, eu preciso que o governo estadual dê policiais militares ou bombeiros”, explicou.

A segunda região com mais adesão foi a Sudeste, com 215 municípios. Em seguida, Sul (54), Norte (46) e Centro-Oeste (38).

O ministro disse ainda não saber se vai poder atender os municípios de Estados que manifestaram interesse no programa após o prazo. Ele disse que a decisão será anunciada até 15 de novembro. É o caso de São Paulo, que vive um imbróglio com o MEC. O secretário estadual de educação, Rossieli Soares, disse ao jornal Folha de São Paulo que era “difícil aderir a um programa sem saber o que é”, mas dias depois recuou e pediu a extensão do prazo para que pudesse também aderir.

“Alguns Estados disseram que perderam prazo, que tiveram problema ou que mudaram de ideia. Para esses, a gente vai reabrir [o programa] em algum momento, mas eu preciso fazer de uma forma não voluntariosa, mas técnica”, disse Weintraub. E completou dizendo que o ministério vai “contemplar quem seguiu todos os prazos certinho”.

Ele explicou que o ministério tem um prazo para definir os municípios e escolas, uma vez que o projeto piloto terá início no próximo ano. “Se não quer ou está em dúvida, pode esperar e entrar mais pra frente. Afinal, o governador pode mudar de opinião. É um programa que a gente quer expandir, a gente vai soltar um projeto piloto que tem que ser um sucesso muito grande e aí expandimos pelo Brasil”.

O plano do governo é de instalar o modelo em 54 unidades no próximo ano, inicialmente a ideia era ter duas em cada Estado. O ministro não informou se deve manter essa divisão. O orçamento previsto para o programa em 2020 é de R\$ 54 milhões, 1 milhão por unidade que aderir. Os recursos serão usados para melhoria de infraestrutura e para o pessoal.

Segundo Weintraub, o Ministério da Defesa vai ajudar na escolha dos municípios, já que a instalação do programa depende da disponibilidade local de militares, de preferência da reserva, para atuar nas escolas. Nos casos em que as Forças Armadas não puderem atender, o MEC irá solicitar que os governadores cedam policiais militares ou bombeiros.

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

MEC vai liberar R\$ 43 milhões para obras em 96 instituições federais

O Ministério da Educação (MEC) vai liberar R\$ 43 milhões para investimento em 96 construções em andamento em instituições federais de ensino. O recurso será liberado a partir desta quinta-feira, 17.

Do total, R\$ 14,3 milhões vão para concluir 54 obras com execução em 75% ou mais. O restante vai para outras 42 intervenções já iniciadas, mas com porcentual menor de andamento.

"O objetivo é potencializar as obras que beneficiem os estudantes e sejam fontes potenciais de recursos", explicou o secretário de Educação Superior, Arnaldo Lima.

As principais obras incluem o Complexo de Saúde da Universidade Federal de Lavras (UFLA), em Minas Gerais, o Núcleo Integrado de Pesquisas e Inovação Tecnológica da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e o Instituto de Ciências Básicas da Saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

No fim de setembro, o ministério anunciou o descontingenciamento de R\$ 1,99 bilhão, dos quais R\$ 1,156 bilhão vai para as universidades federais. Isso corresponde a metade do que havia sido contingenciado no orçamento deste ano para as unidades.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

MEC vai liberar R\$ 43 milhões para obras em 96 instituições federais

O Ministério da Educação (MEC) vai liberar R\$ 43 milhões para investimento em 96 construções em andamento em instituições federais de ensino. O recurso será liberado a partir de amanhã.

Do total, R\$ 14,3 milhões vão para concluir 54 obras com execução em 75% ou mais. O restante vai para outras 42 intervenções já iniciadas, mas com porcentual menor de andamento.

"O objetivo é potencializar as obras que beneficiem os estudantes e sejam fontes potenciais de recursos", explicou o secretário de Educação Superior, Arnaldo Lima.

As principais obras incluem o Complexo de Saúde da Universidade Federal de Lavras (UFLA), em Minas Gerais, o Núcleo Integrado de Pesquisas e Inovação Tecnológica da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e o Instituto de Ciências Básicas da Saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

No fim de setembro, o ministério anunciou o descontingenciamento de R\$ 1,99 bilhão, dos quais R\$ 1,156 bilhão vai para as universidades federais. Isso corresponde a metade do que havia sido contingenciado no orçamento deste ano para as unidades.

AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

Presidente da Capes tenta vaga de reitor do ITA em meio a campanha para fusão com CNPq

Anderson Correia enfrenta protestos de funcionários do órgão diante de cortes de bolsas

O presidente da **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**, **Anderson Ribeiro Correia**, está à procura de um emprego fora do MEC (Ministério da Educação) do governo Jair Bolsonaro.

Correia se inscreveu no processo seletivo para reitor do ITA (Instituto Tecnológico de Aeronáutica), cargo que ocupou antes de assumir a **Capes**.

O movimento ocorre em meio a uma campanha do governo para fundir o órgão com o CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e a cortes de recursos para bolsas de pós-graduação.

Capes (hoje ligada ao MEC) e CNPq (sob o Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações) são os dois órgãos que financiam a pesquisa e a ciência no Brasil com dinheiro público.

Correia, o presidente da **Capes**, é um dos 13 candidatos que se inscreveram no processo seletivo e um dos seis convocados para a segunda fase.

Ligado às Forças Armadas, o ITA seleciona o reitor a partir de um concurso aberto. O prazo para envio da documentação para a candidatura se encerrou dia 7 de outubro.

Em 5 de novembro, Correia é esperado às 8h no auditório B do ITA, em São José dos Campos (SP), para fazer sua apresentação. A entrevista está marcada para o mesmo dia, às 14h, em local a definir.

A banca de seleção deve encaminhar uma lista tríplice ao Comando da Aeronáutica, responsável pela decisão final. O edital não estipula a data em que o novo reitor assumirá o cargo, mas a expectativa é que seja em janeiro, para um mandato de quatro anos.

Ex-reitor do ITA, Correia chegou ao MEC no início do ano, ainda na gestão do então ministro Ricardo Vélez Rodriguez. Seu nome ganhou força para substituir o de Vélez, com simpatia da ala militar do governo, mas ele acabou preterido por Abraham Weintraub.

Superado um distanciamento inicial, os dois se aproximaram. Na **Capes**, porém, a imagem de Correia foi abalada pelos cortes de bolsas, o que culminou em protestos de servidores contra sua gestão e a suposta passividade diante do esforço do ministério em capitanear a fusão com o CNPq.

Por causa de bloqueio de recursos do MEC, a **Capes** cortou até agora 7.590 bolsas de pesquisa, ou 8% do que havia no início deste ano. Mesmo após a liberação parcial de recursos, o órgão tem R\$ 549 milhões da verba prevista para 2019 congelados.

A **Capes** também perderá metade do orçamento no ano que vem, segundo proposta encaminhada ao Congresso pelo governo. Sairá dos R\$ 4,25 bilhões autorizados para

2019 para R\$ 2,20 bilhões em 2020.

O MEC diz ter garantido mais R\$ 600 milhões para 2020, e a **Capes** tenta convencer deputados a construir uma emenda parlamentar que traga mais R\$ 300 milhões.

Na semana passada, o MEC enviou ao Ministério da Ciência uma proposta de medida provisória para fundir a **Capes** e o CNPq. A ideia é transformar as duas agências em uma fundação gerida pela pasta.

A fusão, entretanto, é criticada no meio acadêmico e científico e enfrenta resistência do ministério comandado pelo astronauta Marcos Pontes. Ele se declara contra a ideia, ao mesmo tempo que articula para que o novo órgão fique sob seu comando, caso a ideia vingue.

Por meio da assessoria de imprensa da **Capes**, Correia disse que não vai se pronunciar sobre o concurso.

Engenheiro civil pela Unicamp, Correia tem mestrado pelo ITA e é doutor em engenharia de transportes pela Universidade de Calgary, no Canadá.

Entre os seis finalistas ao cargo de reitor estão ainda o ex-secretário de Educação Básica do MEC Luiz Antonio Tozi e o ex-secretário de Educação de São Paulo Herman Voorwald, ex-reitor a Unesp (Universidade Estadual Paulista).

topo ↕

ANDIFES - TEMPO REAL

UFOB participa de encontro em Brasília para avaliar situação das universidades

O Plenário da Câmara dos Deputados realizou comissão geral na manhã desta terça (15), para debater a situação das universidades públicas, dos institutos federais, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)**.

Além do Reitor da UFOB, Professor Jacques Antonio de Miranda, também compareceram ao evento o Pró-reitor de Planejamento, Professor Luis Gustavo Henriques do Amaral, e o Assessor de Articulação Interinstitucional, Marcos Aurélio Souza Brito.

O encontro também serviu para debater sobre o programa Future-se, proposto pelo governo federal.

topo ↕

DINÂMICAS SUL-SUR - TEMPO REAL

ATAQUE À EDUCAÇÃO VAI TIRAR O PAÍS DA SOCIEDADE DO CONHECIMENTO, DIZ MARILENA CHAUI

Para professora de Filosofia da USP, Bolsonaro está devastando a educação no país, o que terá graves consequências e levará um bom tempo para ser recuperado

São Paulo – O mundo vive uma época em que conhecimento se traduz em poder. Ciência, pesquisa e tecnologia tornaram-se forças produtivas, capazes de reinserir o homem no cenário econômico, social e político. Com base nessa visão, a professora de Filosofia da Universidade de São Paulo (USP) Marilena Chaui, uma das principais referências do pensamento progressista no país, lança suas críticas ao governo Bolsonaro, pelo recorte de seus ataques à educação.

“Mas o que está sendo feito pelo Weintraub?”, pergunta indignada a professora,

referindo-se ao ministro da Educação, Abraham Weintraub. “Ele está devastando a educação brasileira, devastando a pesquisa e, portanto, ele está nos tirando da sociedade do conhecimento. Ele nos fará, portanto, apenas servidores daquilo que os criadores de conhecimento farão na metrópole. E nós somos a periferia da periferia.”

Democracia em Colapso?

Referência também nas discussões sobre estratégias de mobilização da luta em defesa da democracia, a professora afirma que precisamos abandonar a posição de vítimas dos ataques do governo de inspiração totalitária e neoliberal e assumir uma posição de acusação. “Eu acho que cada setor deveria apanhar aquilo em que você tem elementos fortes de acusação e tomar isso como o foco”, diz.

“É uma coisa inominável, no mundo da sociedade do conhecimento, da informática, da cibernética – ele nos transforma nisso, então, é uma devastação fora do comum. Vamos levar várias gerações para refazer o Brasil.”

Uberização | Isso deixa você completamente vulnerável, porque tem a ilusão de que é detentor dos meios de produção, mas é detentor exclusivamente da força de trabalho. Nós, como grupo, temos de nos esforçar para compreender, explicar e divulgar essa explicação o mais amplamente que nós pudermos. E forçar que partidos de esquerda assumam essa questão como algo prioritário, porque é a nova classe trabalhadora

No último sábado (12), Marilena, que se esmera em defender a importância das acusações sobre o governo Bolsonaro, foi vítima do destempero nonsense do ministro da Educação, que a acusou de ser ‘nazista’. “Prestem atenção. Peguem o discurso dela e comparem com qualquer discurso do terceiro reich. Agora troquem a palavra ‘classe média’ por judeu”, disparou o ministro em uma fala confusa, como é, aliás, a marca do governo Bolsonaro. Em seguida, Weintraub referiu-se Fernando Henrique Cardoso e a Lula como “doenças”.

A relação de Marilena a essa fala foi ponto alto desta entrevista à RBA. Ponto alto não pela importância de qualquer declaração, mas pelos risos que a fala do ministro provocaram durante a entrevista, deixando a professora completamente à vontade para fazer sua análise de conjuntura.

A entrevista foi concedida ontem (15), depois que ela ministrou aula sobre a história da democracia, no seminário Democracia em Colapso?, que a editora Boitempo e o Sesc Pinheiros, em São Paulo, realizam nesta semana.

Confira a entrevista.

Como lidar com a uberização do trabalho?

Essa é tarefa de um partido político de esquerda. Não é tarefa de grupos, de movimentos, nem de intelectuais. É uma tarefa política que só um partido de esquerda pode realizar, porque só ele é capaz de compreender o grau não só da exploração, mas da alienação. E do fato de que a uberização, a terceirização e a precarização – se houver uma decisão externa do fabricante de jeans, que não precisa deles, basta um apito e meia hora depois não existe mais.

E essa é uma das coisas que caracterizam também essa nova classe trabalhadora, que é o precariado, que não é o trabalhador pobre, mas aquele trabalhador que não se define pela sua ocupação, nem por um contrato de trabalho. E que por isso vai trabalhando com o que aparece.

E o caso da terceirização é algo desse tipo. Isso deixa você completamente vulnerável, porque você tem a ilusão de que é detentor dos meios de produção, mas você é detentor exclusivamente da força de trabalho. Mas eu acho que isso é tarefa de partidos políticos de esquerda.

Eu penso que nós, como grupo, temos de nos esforçar para compreender e explicar. E divulgar essa explicação o mais amplamente que nós pudermos. E forçar dentro dos partidos de esquerda que eles assumam essa questão como algo prioritário, porque é a nova classe trabalhadora. Se você não entender a nova classe trabalhadora, você jamais será um partido de esquerda. Você vai falhar inteiramente.

E penso que do lado das populações vai ser muito difícil o convencimento. Só diante de um desastre, diante de uma tragédia, como a retirada dessa produção, é que vai haver compreensão disso, caso contrário, isso vai se repetir como um modo de ser. Desmontar isso vai ser muito difícil.

A senhora tem sido referência para falar das estratégias de luta contra o colapso da democracia no país. Qual a estratégia de luta que parece a mais viável neste momento?

Weintraub está devastando a educação brasileira. Ele nos fará, portanto, apenas servidores daquilo que os criadores de conhecimento farão na metrópole. E nós somos a periferia da periferia. Então, você tem que ir para a rua dizer para a população que é isso que está sendo feito e como está sendo feito. Ele deslocar R\$ 962 milhões para pagar os deputados e senadores pela reforma da Previdência é um crime. De corrupção e administrativo. Nós não podemos aceitar isso

Onde eu vou a minha palavra de ordem é “não assumir a posição da vítima”, mas assumir a posição do acusador. Na fase inicial das manifestações na área da educação, tanto de estudantes, quanto de professores, das universidades, do ensino fundamental, do ensino médio, enfim, as manifestações tinham como tema a perda, o que está sendo tirado, destruído, devastado, mas na forma da vítima. Nós somos vítimas de um governo que está destruindo a educação.

Eu tenho proposto que a gente mude de tática.

Nós vivemos na chamada sociedade do conhecimento. Isso significa que a ciência e a tecnologia se tornaram as forças produtivas e, como estamos no capitalismo, são as forças produtivas para a acumulação do capital.

Ao dizer que se tornaram as forças produtivas, isso quer dizer que o poder do capital e o do trabalho também estão nos conhecimentos, no saber, na informação e na circulação da informação. E, portanto, o desenvolvimento científico e tecnológico, o desenvolvimento intelectual e artístico é o desenvolvimento de uma forma de poder, uma forma nova de poder, que pode ser para perpetuar o que está aí, como pode ser uma

forma crítica, que vai em outra direção.

Mas o que está sendo feito pelo Weintraub? Ele está devastando a educação brasileira, devastando a pesquisa e, portanto, ele está nos tirando da sociedade do conhecimento. Ele nos fará, portanto, apenas servidores daquilo que os criadores de conhecimento farão na metrópole. E nós somos a periferia da periferia.

Então, você tem que ir para a rua dizer para a população que é isso que está sendo feito e como está sendo feito. Um exemplo: ele declarou tempos atrás à imprensa que um dos motivos com os quais ele estava com dificuldade orçamentária foi porque ele teve de deslocar R\$ 962 milhões para pagar os deputados e senadores por causa da reforma da Previdência.

Mas isso é um crime, um crime de corrupção em primeiro lugar, e em segundo, um crime administrativo, porque você não pode mexer no orçamento. Então, ele comete dois crimes e você tem que ir na rua dizer, ‘esse cara está cometendo um crime de administração e um de corrupção’. Nós não podemos aceitar isso.

E a cada passo, o modo como eles, por exemplo, estão propondo uma rede básica para a educação fundamental e média. E a cada semana, ou a cada 15 dias, muda porque eles não têm ideia, eles erram, não dá certo, isso antes de aplicar. Do ponto de vista do arcabouço que eles montam, não tem pé nem cabeça, então, desmonta, faz outro, desmonta, e assim para cada área.

Política de livros está assim, CNPq também, **Capex**, enfim, todas as áreas. Então, tem que ir à rua dizer que não é só que está devastando, eles não sabem o que fazer, eles não acertaram, eles não conseguem acertar, eles são totalmente incompetentes.

Atualmente, eu acho que para cada setor – e eu falo de educação que é o setor que eu conheço mais – mas eu acho que cada setor deveria apanhar aquilo em que você tem elementos fortes de acusação e tomar isso como o foco. E não: ‘Ah, nos tiraram isso, nos tiraram aquilo’. Não assumir nunca a psicologia da vítima, jamais, porque você se deixa subjugar se você fizer isso. É preciso inverter, mudar o foco, para ir em frente.

Essa tem sido a minha proposta política, de mudar o foco.

E a referência que o ministro da Educação, Abraham Weintraub, fez à senhora no sábado (12), acusando seu discurso crítico à classe média como discurso nazista? Como isso chegou para a senhora?

Um amigo, o Paulo Sérgio Pinheiro, mandou para mim uma carta, em minha defesa, e disse que ia mandar para a Comissão Arns.

E aí eu perguntei para ele: por que eu precisava de uma carta em minha defesa? Depois eu telefonei para o meu filho, porque não entendo nada de computador. ‘Tem um negócio que o Weintraub falou de mim, como vou saber?’ Vai no Google e põe ‘Weintraub Chaui’, ele disse. E aí meu marido fez isso, não tenho paciência. Mas o que é interessante na Classe Média... Eu não sei se vocês se lembram, mas o Gabeira fez isso comigo, na véspera das eleições no O Globo. E pensei comigo, o que será que o Gabeira acha do Weintraub, e eles estarem ali juntinhos, amiguinhos.

O tempo todo é isso (risos), cada vez que eles abrem a boca eu penso, ‘Meu Deus’. Se eu soubesse fazer batucada com caixa de fósforo, cada vez que eles abrem a boca eu faria uma batucada: ‘Quem é você que não sabe o que diz, meu Deus do céu que palpíte infeliz...’

Mas o que eu achei interessante é que e ele me acusou de nazista e aí ele faz o discurso sobre o Fernando Henrique e o Lula como doença. E ele produziu aquilo que é a súpula perfeita, o núcleo perfeito do discurso nazista. Por quê? O discurso nazista não trabalha nem com a noção de cultura, nem com a noção de história. Ele trabalha com a ideia de natureza. E dentro da natureza, no caso dos seres humanos, com a biologização. É por isso que ele introduz o conceito de raça – raça superior, inferior – ele trabalha com isso porque é uma questão biológica.

E ao analisar a sociedade em termos biológicos, ele analisa a sociedade em termos de doença. Então, no discurso nazista, o socialista, o comunista, o judeu são doenças. E foi o que o Weintraub fez, no auge da sua ignorância e incompetência, me chamou de nazista e produz, ele, o discurso nazista da doença, chamando o Fernando Henrique de portador de AIDs e o Lula como doença. Isso é o núcleo do discurso nazista. Ele é nazista, e ele não sabe (risos).

O tempo todo é isso (risos), cada vez que eles abrem a boca eu penso, ‘Meu Deus’.

Se eu soubesse fazer batucada com caixa de fósforo, cada vez que eles abrem a boca eu faria uma batucada: ‘Quem é você que não sabe o que diz, meu Deus do céu que palpíte infeliz...’ (letra de Palpite Infeliz, de Noel Rosa).

Mas ao mesmo tempo nós temos de nos levantar, nos organizar, porque eu acho que eles ficam aí quatro anos. E a devastação... O que eles fizeram: veja, não é só a devastação ecológica. Tem a devastação da infraestrutura industrial, a transformação do Brasil naquilo que ele foi no século 19 e na primeira metade do século 20, um país agroexportador.

É uma coisa inominável, no mundo da sociedade do conhecimento, da informática, da cibernética – ele nos transforma nisso, então, é uma devastação fora do comum.

Vamos levar várias gerações para refazer o Brasil.

Em cada área você tem isso. Se você pedir para as pessoas fazerem um balanço do que está sendo feito, você tem o relato de uma devastação. E feita por gente incompetente, que erra. Não é que faça a devastação e acerta, vai por um rumo que a gente não queria, não queria ir por aí, mas vai, paciência.

É um rumo de total incompetência. Eles reformulam ininterruptamente, você não sabe também onde está o país. Tem estado, tem governo e tem toda a pirotecnia dos discursos do Bolsonaro e da família, mas isso é cortina de fumaça. Só que é um governo incompetente. E a gente não se deu conta disso. Eu sinto que uma parte da sociedade ficou muito decepcionada; a outra está estupefata, e todo o mundo está desorganizado, porque os partidos de esquerda estão muito quietos, estão muito preocupado com as eleições, em vez de organização social.

E a questão da legitimidade do processo democrático, que foi ferida em 2018 por meio das fake news na campanha do Bolsonaro? O que temos de fazer para resgatar a democracia ante as próximas eleições, em 2020?

Por isso, a minha ênfase é sempre na questão dos direitos. Temos que repor a questão dos direitos, porque temos o que aconteceu com o desemprego, a reforma da Previdência, a reforma trabalhista, ou seja, você tem uma sociedade desamparada, devastada. Tem que recuperar a dignidade, o que é uma luta por direitos.

Eu acho que nessas eleições tem que recuperar a democracia, afirmação de direitos e nós vamos lutar por direitos. Eu iria por esse caminho e o da acusação. Vítima não sou, não sou mesmo.

Os partidos de esquerda têm condições de fazer esse papel?

Eu acho que não, mas eles têm que trabalhar para conseguir. Não dá para continuar nessa visão meio fantasmática da redoma. Os partidos já estão definidos, eles têm suas linhas, suas teses, seus programas etc. e estamos conversados. Pelo contrário. É agora que a conversa começa. Eu diria que precisava dar um tranco nos partidos.

Mas diante da manipulação de 2018, como vamos encarar as eleições em 2020?

Vocês viram um artigo que o Boaventura (Souza Santos, jurista e sociólogo português) publicou e que começa assim: “Espanta-me a passividade da sociedade brasileira no momento em que a cloaca do país sobe à tona e só se vê essa porcaria, e a sociedade não está fazendo nada.” Ele escreveu isso uns cinco meses atrás. Eu acho que temos de começar por aí. Não é só a questão da legitimidade, é da indecência, é indecente. Eu não me esqueço o primeiro instante em que o macarthismo começa a entrar em declínio, é na hora que aquele famoso advogado já ancião foi chamado a depor e ele disse para o McCarthy: ‘O sr. não tem nenhuma decência’. E isso foi levado para o país inteiro. Então, eu acho que é aí que tem que ser, é uma coisa indecente, nós não podemos aceitar, não é que é indecoroso, ilegítimo, é indecente, não podemos aceitar isso. E esse é um dos focos de não ser vítima e ser acusador.

E sobre o Lula?

Quando eu conheci o Lula ele ainda era presidente do sindicato. Foi na greve e eu fiquei estupefata com a velocidade, a presença de espírito, a rapidez do raciocínio e da inteligência quando as coisas estão ainda em formação para acontecer. E isso não é só uma capacidade intelectual, mas uma capacidade moral que ele tem. Ele tem uma força moral, uma força de espírito para dar um sentido ao que acontece que eu não conheço em ninguém. Ele é capaz de entender intelectualmente, de entender moralmente e de responder à altura. É um gigante.

topo ↕

GAZETA DE VOTORANTIM - TEMPO REAL

61º Congresso Brasileiro do Concreto discute avanços tecnológicos da Engenharia Civil em Fortaleza

Fortaleza recebe a 61ª edição do Congresso Brasileiro do Concreto, com o tema Durabilidade das Estruturas de Concreto - Avanços Tecnológicos. O evento discute, entre outras coisas, a realidade local e regional do setor apresentando temas como o Projeto de Infraestrutura para o Ceará em 2050 e a tecnologia do concreto no Brasil.

A construção civil cresce e desenvolve novas tecnologias no Brasil, com obras complexas, modernas e edifícios cada vez mais altos. É nesse cenário que Fortaleza recebe a 61ª edição do Congresso Brasileiro do Concreto, com o tema Durabilidade das Estruturas de Concreto - Avanços Tecnológicos. O evento discute, entre outras coisas, a realidade local e regional do setor apresentando temas como o Projeto de Infraestrutura para o Ceará em 2050 e a tecnologia do concreto no Brasil. O evento técnico científico reúne cerca de 1200 pesquisadores e profissionais do mercado no Centro de Eventos do Ceará entre os dias 15 e 18 de outubro.

Realizado pelo Instituto Brasileiro do Concreto (IBRACON), o evento promove painéis, seminários e cursos sobre temas diversos contemplando variadas facetas do setor. Entre as temáticas abordadas, estão aspectos ligados a energias renováveis, à situação do pré-moldado e da tecnologia do concreto no Brasil e à infraestrutura dos variados modais de transporte.

"Nosso setor vem crescendo e se desenvolvendo com base em muitos estudos e tecnologia de excelência. A realização da 61ª edição do Congresso Brasileiro do Concreto é a prova disso, onde reunimos o que há de mais atual nas discussões da Engenharia Civil e profissionais dispostos a ir além das discussões e levar os estudos para a prática", afirma Denise Jucá Silveira, Diretora Regional do IBRACON.

Além dos fortes nomes nacionais que marcam presença no evento, o Ceará recebe três palestrantes de grande destaque no cenário mundial. Para engrandecer as discussões promovidas pelo Congresso, os professores Paulo Monteiro, da Universidade da Califórnia (EUA), José Matos, da Universidade do Minho (Portugal), e o pesquisador Pedro Cardoso, do Instituto Politécnico Nacional (México), realizam as palestras magnas.

Além das discussões, o evento é palco da XV Feira Brasileira das Construções em Concreto (FEIBRACON), onde diversas empresas e associações comprometidas com a qualidade técnica e a sustentabilidade do setor nacional de construção expõem produtos e serviços. A programação da FEIBRACON é aberta ao público.

Realizado pelo IBRACON, o Congresso conta com patrocínio de grandes instituições: Cimento Apodi, Votorantim Cimentos, Sistema FIEC (ouro), Penetron, Sistema Confea / Crea, LafargeHolcim (prata), **Capex** e Intercement (bronze).

Sobre o IBRACON

Associação nacional técnico-científica que reúne profissionais e empresas da Engenharia Civil, o Instituto Brasileiro do Concreto (IBRACON) foi fundado em 1972, com o objetivo de divulgar a tecnologia do concreto e seus sistemas construtivos.

Para este fim, promove cursos e eventos, edita publicações técnicas, certifica profissionais e incentiva a formação de Comitês Técnicos. Anualmente, organiza o

Congresso Brasileiro do Concreto, maior evento técnico-científico nacional sobre o concreto, que reúne a comunidade técnica para debater e conhecer as pesquisas, desenvolvimentos e inovações sobre o concreto, seus materiais constituintes, a análise e projeto estrutural, as metodologias construtivas e de controle tecnológico, a gestão e normalização na área e a sustentabilidade no setor construtivo.

Mais informações sobre o evento:

61º Congresso Brasileiro do Concreto

Data: 15 a 18 de outubro

Local: Centro de Eventos do Ceará - Fortaleza (CE)

Site: <http://www.ibracon.org.br/eventos/61cbc/>

Instagram: @ibraconregionalceara

Facebook: ibraconregionalceara

Website: <http://www.ibracon.org.br/eventos/61cbc/>

topo ↕

HORA DO POVO - TEMPO REAL

70 entidades científicas criticam plano do governo de fundir CNPq e Capes

Entidades de cientistas de todo o país repudiaram o plano do governo Bolsonaro de fundir a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** – ligada ao Ministério da Educação, e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) – vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC).

A fusão dos órgãos de fomento teria surgido a partir da equipe do ministro da Educação do governo Bolsonaro, Abraham Weintraub, que teria enviado uma proposta de texto de Medida Provisória para fundir em uma mesma instituição a **Capes** e o CNPq. O MEC quer transformar as duas agências em uma fundação, que seria gerenciada pela pasta.

A medida vai de encontro com a tentativa bolsonarista de privatizar das universidades federais por meio do famigerado projeto “Future-se”, que coloca a gestão das instituições de ensino nas mãos de Organizações Sociais.

Na última reunião do conselho superior da **Capes**, no dia 1º de outubro, o presidente da autarquia, Anderson Correia, confirmou que o governo pretende transformar os principais órgãos responsáveis pelo fomento à pesquisa científica no país em uma única fundação.

EQUÍVOCO

A medida gerou reação na área, um grupo de entidades lideradas pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) encaminhou uma carta aos ministros da Educação; Casa Civil; Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações; Economia; à Secretaria de Governo; e aos presidentes da Câmara e do Senado manifestando posição contrária à fusão.

“Qualquer extinção/fusão/incorporação dessas agências será prejudicial e lesiva ao funcionamento do Sistema Nacional de CT&I”, alertam entidades acadêmicas, científicas e tecnológicas de todo o País.

“Seria uma medida equivocada sob todos aspectos já que as duas instituições, criadas e desenvolvidas ao longo de mais de seis décadas, têm missões bastante claras e complementares”, diz a carta, assinada por instituições como a Academia Brasileira de Ciências, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), a Andifes (que reúne reitores das universidades federais). Além da Embrapa, da Fiocruz e os reitores da USP, UnB, UNIRIO e UNIFESP.

O presidente SBPC, Ildeu de Castro Moreira, afirma que agências devem continuar independentes e complementares, como têm sido ao longo das últimas seis décadas.

“Elas têm diferentes objetivos, diferentes finalidades. Há mais de seis décadas, vêm apoiando e fomentando as pesquisas, a formação de recursos humanos qualificados, o desenvolvimento científico e tecnológico, cada uma com suas funções próprias, e com muito sucesso. O aprimoramento é sempre importante e bem vindo, mas **Capes** e CNPq devem continuar independentes e complementares, como sempre foram”, ressalta Moreira.

Além da preocupação com a **Capes** e o CNPq, Moreira lembra que a Finep e o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) que ela gerencia também estão em risco de extinção ou transferência para o BNDES ou Ministério da Economia (ME). Na carta, as entidades também pedem o fim da Reserva de Contingência do FNDCT, por se configurar em um uso de recursos que se desvia da finalidade para a qual foram recolhidos de setores econômicos, o fomento à P&D.

PROPOSTA SEM SENTIDO

Até mesmo Marcos Pontes, ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) criticou a proposta. “A junção do CNPq com a **Capes** não faz muito sentido”, e disse que se for inevitável “o local ideal é dentro do Ministério que trabalha com pesquisa e desenvolvimento, que é a finalidade dessas bolsas”, declarou.

O ministro Marcos Pontes publicou em rede social: “Sobre a ideia divulgada de junção do CNPq e **CAPES**: a posição do MCTIC é contrária à fusão, pois seria prejudicial ao desenvolvimento científico do País. Existe algum sobreposição de atividades e pontos de melhoria na gestão. Esses problemas já estão sendo trabalhados no CNPq”.

Para Roberto Muniz, presidente do sindicato nacional de gestores em ciência e tecnologia, a crise orçamentária tem provocado o surgimento de ideias que não resolvem a questão. “O governo está com um movimento para redirecionar todo o sistema de ciência e tecnologia, reduzi-lo drasticamente, e mudar o foco só para pesquisa aplicada, que gere recursos e lucros”, diz. “É um risco para a soberania nacional, porque sem produzir conhecimento básico o país fica refém dos países que produzem esse conhecimento”, diz Muniz, que também é presidente da associação de servidores do CNPq.

O líder do PCdoB na Câmara, deputado Daniel Almeida (BA), criticou mais esta investida do governo na direção de dismantlar o sistema nacional de ciência e tecnologia. “Essa medida equivocada pode custar muito ao nosso país, principalmente

em termos de desenvolvimento econômico e tecnológico”, alertou o parlamentar por meio de sua conta no Twitter.

Por causa de corte de verbas promovido por Bolsonaro, a **Capes** cortou até agora 7.590 bolsas de pesquisa, o equivalente a 8% do que havia no início do ano. Mesmo após descontingenciamento, o órgão ainda enfrenta um congelamento de R\$ 549 milhões no orçamento do ano.

O órgão ainda perde metade do orçamento em 2020, segundo proposta encaminhada ao Congresso pelo governo: sai de R\$ 4,25 bilhões, segundo o valor autorizado para 2019, para R\$ 2,20 bilhões no ano que vem. O MEC afirma que já garantiu mais R\$ 600 milhões para o que vem e a **Capes** tem tentando convencer deputados a construir uma emenda parlamentar de mais R\$ 300 milhões.

Com relação ao CNPq, o orçamento de 2019 já foi aprovado com a previsão de recursos insuficientes. O orçamento garantia o pagamento das 84 mil bolsas somente até agosto.

As contas vencidas no mês passado e neste ano foram pagas com recursos garantidos de última hora. A pasta ainda precisa de R\$ 250 milhões para garantir as bolsas do ano.

Para pagar bolsistas neste mês, o CNPq remanejou recursos da área de fomento à pesquisa, que financia empreendimentos como o Sirius. O equipamento tem o tamanho de um estádio de futebol e é a máquina mais cara e sofisticada da ciência brasileira.

Trata-se de um acelerador de partículas, localizado em Campinas (SP), que possibilitará a visualização em altíssima resolução de estruturas de vírus e proteínas (em busca de novas vacinas), de solo (com a ideia de aprimorar fertilizantes) e de rochas e de novos materiais (para melhorar a exploração de gás e petróleo), entre outras aplicações. Quando estiver pronto, colocará o país na vanguarda das pesquisas com esse método.

Veja a íntegra da carta das entidades contra a fusão dos órgãos de fomento a ciência no Brasil

As seguintes entidades, órgãos e universidades assinam:

Academia Brasileira de Ciências – ABC

Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica e Inovação – ABIPTI

Associação Brasileira de Antropologia – ABA

Associação Brasileira de Ciência Política – ABCP

Associação Brasileira de Ciências Farmacêuticas – ABCF

Associação Brasileira de Cristalografia – ABCR

Associação Brasileira de Educação Musical – ABEM

Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo – SBPJOR

Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional – ABRAPEE

Associação dos Servidores do CNPq – ASCON

Associação Fórum Nacional de Gestores de Inovação e Transferência de Tecnologia – FORTEC

Associação Latino- Americana de Investigadores de Comunicação – ALAIC

Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores – ANPROTEC

Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais – ANPOCS

Associação Nacional de Pós-Graduandos – ANPG

Associação Nacional Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES

Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação – COMPÓS

Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica – CONFIES

Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa – CONFAP

Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – CONIF

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA

Federação Brasileira das Associações Científicas e Acadêmicas da Comunicação – SOCICOM

Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituição Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico Técnico e Tecnológico – PROIFES

Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP

Fundação Coordenação de Projetos, Pesquisas e Estudos Tecnológicos – COPPETEC

Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ

Laboratório Nacional de Computação Científica – LNCC

Sindicato dos Professores das Instituições Federais do Ensino Superior de Belo Horizonte – APUBH

Sociedade Brasileira de Computação – SBC

Sociedade Brasileira de Estudos Clássicos – SBEC

Sociedade Brasileira de Física – SBF

Sociedade Brasileira de Física Médica – ABFM

Sociedade Brasileira de Genética – SBG

Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia – SBGg

Sociedade Brasileira de Ictiologia – SBI

Sociedade Brasileira de Imunologia – SBI

Sociedade Brasileira de Micro-Ondas e Optoeletrônica – SBMO

Sociedade Brasileira de Protozoologia – SBPZ

Sociedade Brasileira de Psicologia – SBP

Sociedade Brasileira de Sociologia – SBS

Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC

União Latina de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura – ULEPICC-Brasil

Universidade de Brasília – UnB

Universidade Estadual de São Paulo – USP

Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

topo ↕

HUFFPOST NEWS - TEMPO REAL

‘Querer destruir a universidade é um crime de lesa-pátria’, diz professor contra cortes na educação

Daniel Tourinho Peres, docente da UFBA e autor de abaixo-assinado contra cortes de verbas nas universidades, participou de debate na Câmara do Deputados no Dia do Professor.

O plenário da Câmara dos Deputados foi na terça-feira (15), Dia do Professor, palco de debates em defesa da educação no Brasil. Parlamentares, professores, reitores e representantes de entidades estudantis, acadêmicas e de pesquisa se reuniram para denunciar a situação de cortes no orçamento que as universidades e institutos federais e

o CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) vem enfrentando.

A sessão extraordinária contou com a participação do professor de filosofia da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Daniel Tourinho Peres, que em maio lançou um abaixo-assinado contra o bloqueio de 30% nos recursos destinados pelo governo às despesas de custeio das universidades públicas e institutos federais. Aberta na plataforma Change.org, a campanha do docente acumula até o momento mais de 1,6 milhão de apoiadores.

Ao longo de mais de 4 horas, o debate se concentrou em denunciar o “desmonte” em curso na ciência, tecnologia e informação decorrente de medidas controversas tomadas pelo governo federal na área da educação. Desde o início do ano, foram congelados R\$ 6,1 bilhões da verba repassada ao Ministério da Educação (MEC). Já o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) sofreu um bloqueio de R\$ 2,13 bilhões.

“As universidades brasileiras se constituem como um espaço privilegiado da sociedade pensar a si mesma, projetar o seu futuro. Querem destruir isso [a universidade], que é o patrimônio da sociedade brasileira, é um crime de lesa-pátria”, falou o professor Peres durante discurso na tribuna da Câmara. Em maio, o docente já havia levado ao Congresso Nacional sua preocupação com a preservação das universidades e institutos federais. Na ocasião, de forma simbólica, entregou as assinaturas recolhidas em sua petição a alguns deputados.

A pedido de Peres, o deputado João Carlos Bacelar (Podemos-BA) organizou a audiência da comissão geral. A ocasião serviu para muitos dos docentes chamar a atenção sobre como a gestão da educação tornou-se um embate político e ideológico, tratando estudantes e universidades como “inimigos”. “As nossas instituições não são propriedade de governos temporários. Governo A, B ou C passam. Elas são patrimônio da sociedade”, destacou Reinaldo Centoducatte, reitor da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

O governo federal vem aplicando contingenciamentos nas áreas da educação e ciência com a justificativa de necessidade de ajuste fiscal devido à crise econômica que o Brasil atravessa. A explicação, entretanto, foi fortemente atacada durante a audiência na Câmara. O deputado Mauro Benevides Filho (PDT-CE), por exemplo, defendeu que para a educação, em hipótese alguma, deve faltar dinheiro. Outros convidados destacaram que é justamente o investimento em educação que pode fazer o país retomar o crescimento econômico.

“Todo país sério que enfrentou uma crise tão grave como a nossa investiu ainda mais em educação, ciência, pesquisa e tecnologia porque entende que capital humano, formação de cidadão, desenvolvimento de produtos é o caminho mais seguro para sair da crise, e que funciona no curto, no médio e no longo prazo”, enfatizou a deputada Tabata Amaral (PDT-SP), que tem a educação como uma das principais bandeiras de sua atuação política.

Importantes avanços conquistados graças a pesquisas científicas feitas nas universidades brasileiras foram amplamente abordados no debate como forma de demonstrar a

necessidade de resguardar as duas maiores agências de fomento à pesquisa no país - a Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e o CNPq. Os debatedores se posicionaram contrários à possível intenção do governo de fundir os órgãos.

Devido aos cortes de verbas no MEC, a Capes reduziu mais de 11 mil bolsas neste ano. Já o contingenciamento no Ministério da Ciência e Tecnologia, ao qual o CNPq é ligado, fez com que o Conselho precisasse suspender a concessão de novas bolsas para pesquisadores, diante de um déficit de R\$ 330 milhões no orçamento para 2019. A luta para impedir que o órgão chegue ao ponto de não ter mais recursos para o pagamento de bolsas ganhou o reforço de mais de 100 entidades científicas e de 993 mil apoiadores em outro abaixo-assinado online.

Também hospedada na Change.org, a petição em defesa do CNPq foi lançada pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). A professora Helena Nader, membro titular da Academia Brasileira de Ciências e ex-presidente da SBPC questionou, durante o debate, onde o Brasil vai chegar, já que, nas palavras dela, o país está na contramão do mundo moderno, que define a “economia do conhecimento” como a principal.

“Sem ciência a nossa economia já teria desaparecido. Quem resolveu o problema da Zika no mundo foi este país, foi o CNPq”, destacou a professora, completando que hoje o Brasil é o maior exportador de grãos do mundo graças à ciência. “Não vamos virar as costas para a educação, para a ciência, vamos fortalecer o sistema de ciência, tecnologia e de informação”. A ex-presidente da SPBC ainda atacou o confronto ideológico centrado em “direita x esquerda”, quando o mais importante seria unir a todos em um debate pela educação em todos os níveis.

Além das petições criadas pelo professor Peres e pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, a Change.org hospeda outras 103 campanhas, criadas apenas neste ano, sobre a causa da educação. No total, as mobilizações somam 4,5 milhões de assinaturas.

O professor de filosofia da UFBA, autor do abaixo-assinado em defesa das universidades públicas, saiu confiante da audiência. Para ele, assim como espera a professora Helena Nader, ficou demonstrado que a universidade interessa a todos, para além de qualquer diferença ideológica ou partidária. Daniel Peres exemplifica a afirmação apontando que a comissão geral contou com a presença de deputados de diferentes partidos.

“A nossa universidade é filha do liberalismo político. Nela, o que há é pluralidade de ideias e, nessa medida, ela não deve conhecer fronteiras partidárias, a fronteira que ela reconhece e que ela firma é contra o fascismo, o obscurantismo e o totalitarismo”, disse Peres em seu discurso. “Vejo que a posição amplamente majoritária é em defesa das universidades públicas. O governo não conseguirá vencer está disputa”, disse após a audiência.

Recuos do governo

No final do mês passado, o governo federal liberou R\$ 1,99 bilhão do total dos recursos congelados no MEC. Apesar disso, as universidades federais ainda seguem com 15% de

suas verbas discricionárias contingenciadas. Já das bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado cortadas pela **Capes** desde março, o governo reativou mais de 3 mil benefícios em setembro e 679 no começo deste mês. A coordenação, ainda mantém, entretanto, o corte de 7.590 bolsas.

No caso do CNPq, para conseguir pagar as bolsas existentes, foi preciso fazer um remanejamento de R\$ 82 milhões, utilizando verbas que deveriam ser gastas com equipamentos, viagens e materiais. Diante da necessidade de mais recursos, o Ministério da Ciência e Tecnologia pediu um repasse suplementar ao Ministério da Economia, que liberou apenas parte do dinheiro congelado. O CNPq tenta obter, ainda, o suporte de R\$ 250 milhões vindos de recursos recuperados pela Lava Jato, que estão em um fundo da Petrobras.

topo ↕

JORNAL DA CIÊNCIA - TEMPO REAL

Capex e reitores planejam estratégia para fixação de pesquisadores na Amazônia Na Região Amazônica, há 345 programas de pós-graduação stricto sensu, com cerca de 22 mil matriculados

Em reunião nesta terça-feira, 15, em Brasília, dirigentes da **Capex** e 11 reitores de universidades federais da Amazônia iniciaram discussões para planejar estratégias de expansão com qualidade da pós-graduação e de fixação de professores e pesquisadores nos estados da região. “Ouvimos propostas de implementação de ações. Vamos colocar uma proposta concreta para a região”, afirmou **Anderson Correia**, presidente da **Capex**.

De acordo com o presidente, o objetivo é planejar estratégias para a fixação de pesquisadores e professores, além de tornar a região mais atrativa. “Vamos também discutir como melhorar os programas de pós-graduação e acelerar a cooperação internacional”.

Para Marcel Botelho, reitor da Universidade Federal Rural da Amazônia e presidente do Fórum Andifes de Reitores da Amazônia, a Região Amazônica precisa fortalecer sua pesquisa e os programas de mestrado e doutorado. “É muito satisfatório saber que a **Capex** reconhece essa necessidade de tratamento diferenciado para a região”.

Segundo o reitor, é necessário melhorar os cursos e capacitar a mão-de-obra local para que gere fixação. “Com isso vamos gerar a tecnologia para fazer a produção adequada. Significa geração de emprego, renda e conservação da floresta amazônica”.

Nos nove estados de compõem a Amazônia (Amazonas, Pará, Acre, Roraima, Rondônia, Amapá, Tocantins, Maranhão e Mato Grosso), há 345 programas de pós-graduação stricto sensu, com cerca de 22 mil matriculados. Está prevista para novembro, nova reunião, em Manaus, entre a **Capex** e universidades da Amazônia definir as estratégias e discutir o Programa Nacional de Cooperação Acadêmica na Amazônia.

Capex

topo ↕

JORNAL DA CIÊNCIA - TEMPO REAL

Sessão na Câmara alerta para os ataques às universidades e à ciência

No Dia do Professor, reitores, professores e parlamentares reforçaram as manifestações a favor do ensino público e das agências CNPq, Capes e Finep
Convocada por requerimento do Deputado Bacelar (Podemos-BA), a sessão plenária desta quarta-feira (15/10) na Câmara dos Deputados foi transformada em Comissão Geral em Defesa das Universidades Públicas, Institutos Federais e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Para a socióloga Fernanda Sobral, vice-presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), o evento, que reuniu reitores, professores e parlamentares, serviu como alerta de que a sociedade está mobilizada contra os ataques às universidades públicas, institutos federais e as agências (CNPq, **Capes** e Finep). “Estamos atentos aos ataques e aos cortes no geral”, comentou Sobral.

Em seu discurso de abertura, Bacelar criticou a possível fusão do CNPq e da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, e afirmou que o Ministério da Educação (MEC) “se pauta por temas rasos” e “polêmicas ideológicas”. “É nítido que o governo Bolsonaro não tem nenhum projeto para superar as imensas dificuldades da educação e os que haviam, formulados por técnicos de alto nível, foram destruídos”.

Convidada à mesa da plenária, Fernanda Sobral destacou várias inovações produzidas por pesquisadores de dentro das universidades públicas que hoje reforçam a economia e o bem estar dos brasileiros como a agricultura, a produção animal, a automação bancária, a automação do processo eleitoral e a extração de petróleo em águas profundas, um trabalho conjunto entre o Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia (COPPE/UFRJ) e a Petrobras.

“A terapia de câncer noticiada pela Globo (em reportagem do Fantástico exibida domingo 13/10) é fruto da universidade pública. No mesmo telejornal, um cientista brasileiro de 91 anos, Sérgio Mascarenhas, mostrou uma descoberta muito importante de um aparelho para medir a pressão craniana de pessoas que sofrem com hidrocefalia”, disse Sobral. Ela também frisou a importância das ciências humanas, como fonte de conhecimento aplicado em diversas políticas públicas e apontou que as universidades federais e estaduais estão na frente dos principais rankings de ensino superior, como os internacionais Times Higher Education e Clarivate Analytics, e o nacional RUF, da Folha de São Paulo. “Entre os resultados do Enade em 2018, 492 cursos superiores tiraram a nota máxima no Enem (6%), a maior parte ofertada por instituições federais”.

Apesar da enorme contribuição à educação no País, as universidades sofreram cortes de 18% este ano em seu orçamento de R\$ 6,4 bilhões, o equivalente a R\$ 1,2 bilhão, de acordo com dados da Andifes. “Temos que fazer três tipos de escolha: as do futuro, a partir de tendências na fronteira do conhecimento; as do presente, a partir do desenvolvimento de áreas estratégicas nacionais definidas em planos; e a partir de necessidades regionais e locais”, alertou a vice-presidente da SBPC. Para ela, há ações imediatas às quais a universidade pública brasileira tem dado respostas, por exemplo, o caso do vírus zika.

“Além dessas, há as escolhas eternas ou permanentes, que representam a história das instituições acadêmicas, ou seja, preservar o modelo intelectual que historicamente norteou a vida acadêmica e que defende a universidade como espaço social e acadêmico

sui generis”.

Em um discurso contundente, a vice-presidente da Academia Brasileira de Ciências (ABC), Helena Nader, alertou que o Brasil está indo na contramão do mundo moderno, no qual prevalece a economia do conhecimento. Nader, que também é presidente de honra da SBPC, ressaltou a contribuição do CNPq para o desenvolvimento científico e tecnológico do País e deixou claro: “Sem ciência, a nossa economia teria desaparecido”.

Helena Nader disse ser a favor das universidades privadas, já que as públicas não dão conta da demanda por educação em um país de dimensões continentais, mas acha que é preciso investir em qualidade. Além disso, reiterou, a solução para grandes problemas do País saiu da universidade pública, com apoio do CNPq.

“E nós vamos virar as costas para o CNPq e para a **Capes**?” questionou. Frisando que participou, quando jovem, dos movimentos estudantis de resistência à ditadura militar (1964-1985), Nader fez questão de lembrar que quem criou as agências de financiamento da educação, ciência e tecnologia (CNPq, **Capes** e Finep) foram os governos militares. “Quem criou a Finep, dentro dessa visão de nação, foi o ministro Reis Velloso, ainda bem que ele faleceu, porque ele veria tudo o que ele criou sendo bombardeado” (falecido em fevereiro, o economista João Paulo dos Reis Velloso foi Ministro do Planejamento nos governos Emílio Garrastazu Médici e Ernesto Geisel, entre 1969 e 1979).

A sessão durou quatro horas e deu espaço para pronunciamentos de diversos profissionais ligados ao ensino superior, além de parlamentares. Ricardo Fonseca, reitor da Universidade Federal do Paraná (UFPR), falou dos “ataques simbólicos” às universidades, às instituições, muitas vezes colocadas como “pervertidas, aos professores, muitas vezes colocados como ociosos ou marajás”. Fonseca destacou um ponto que considera urgente: o processo de escolha dos dirigentes das universidades, porque nesse governo, segundo ele, quase metade dos reitores escolhidos não encabeçavam as listas de indicação da comunidade acadêmica.

Representando o governo estavam Tomaz Dias Santana (MEC) e Marcelo Morales (MCTIC), que se limitaram a expor as atividades inerentes a seus departamentos. **Anderson Correia**, presidente da **Capes**, apresentou os grandes números da agência, disse que este ano vão investir R\$ 4 bilhões na educação, formação de professores e pesquisas. Ele pediu apoio dos parlamentares para a aprovação de proposta de emenda do governo que resgata R\$ 300 milhões que serão aplicados em projetos para o Pibid (ação da Política Nacional de Formação de Professores do Ministério da Educação), residência pedagógica, Universidade Aberta do Brasil, Parfor (Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica), entre outros.

Janes Rocha – Jornal da Ciência

Leia também:

Agência Câmara de Notícias – Políticas do governo para educação são criticadas em debate no Plenário da Câmara

topo ↕

JORNAL DA USP - SP - GERAL

Para Renato Janine, Capes e CNPq não devem ser fundidos

Nesta semana, o colunista explica as diferenças entre as duas entidades e conta por que é contra a fusão delas

Há rumores, dentro do meio científico, de que haverá uma fusão entre a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Em sua coluna desta semana, Renato Janine Ribeiro explica a diferença entre as entidades e por que é contra a fusão delas. Para o professor, unir as duas agências seria bastante complexo e negativo para a ciência brasileira.

A **Capes**, conta o docente, é uma entidade que avalia os programas de pós-graduação stricto sensu (mestrados e doutorados). Já o CNPq avalia pesquisadores individuais e ou em grupos de pesquisa, mas não necessariamente programas de pós-graduação. São duas vocações diferentes, inclusive, concedendo bolsas iguais em alguns casos, como mestrado e doutorado, mas bolsas também diferentes, como as bolsas individuais de produtividade em pesquisa, que somente o CNPq dá.

“Você juntar os dois seria uma complicação danada, porque você precisaria fazer duas avaliações praticamente contraditórias: avaliação de um programa de pós-graduação, que às vezes tem dezenas de professores, **Capes**, e uma avaliação de um indivíduo ou dele com um pequeno grupo, CNPq. Você não consegue fazer essas duas avaliações ao mesmo tempo”, destaca o colunista.

Fora isso, o CNPq está mais voltado à pesquisa e se aproxima mais da pesquisa e inovação, além de pertencer ao Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). Já a **Capes** pertence ao Ministério da Educação (MEC) e forma professores, pesquisadores e grupos grandes de pós-graduação.

topo ↕

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

MEC demite secretário que cuidava de autorização de faculdades privadas Área que era liderada por Ataíde Alves é considerada estratégica para o ministério e sofre pressão política e dos grupos educacionais

SÃO PAULO - O ministro Abraham Weintraub demitiu o titular da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (Seres), Ataíde Alves. Ele era responsável por uma área considerada estratégica no Ministério da Educação (MEC) já que aprova o credenciamento de novas faculdades e abertura de novos cursos na rede particular de ensino. O secretário costuma sofrer pressão tanto de políticos como de grupos educacionais.

De perfil técnico, Alves atuava no Ministério da Educação (MEC) desde o governo Michel Temer. Ele assumiu a chefia da Seres no fim de abril. O cargo dele foi o último a ser ocupado na gestão Weintraub.

O Estado apurou que a atuação de Alves não estava agradando dirigentes e donos de faculdades particulares por falta de agilidade na liberação de novos credenciamentos. Ele também teria travado as discussões para desburocratizar o processo de regulação, contrariando o que vem defendendo o ministro. Em eventos do setor, Weintraub defende uma autoregulação das faculdades privadas com a mínima interferência do Estado.

Outro motivo teria levado à demissão de Ataíde é que ele estaria dificultando o andamento de um novo programa que o MEC pretende lançar para aumentar a carga horária de aulas no ensino médio. A proposta anunciada em agosto era que a de que faculdades privadas recebessem alunos dessa etapa para complementar os estudos e em troca ganhariam um "bônus regulatório", um acréscimo na nota da avaliação feita pelo governo. A ideia é aproveitar a estrutura das faculdades, como laboratórios e salas de informática.

O ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, muito ligado a Weintraub, tenta indicar o chefe da Seres desde o início do governo Bolsonaro. A secretaria é muito conhecida por ser um local de barganha política. Deputados e senadores costumam pressionar o titular para que haja a liberação de faculdades e cursos em seus redutos eleitorais.

Com a demissão do ex-ministro Ricardo Vélez Rodríguez, Weintraub chegou a anunciar a recondução do ex-secretário da Seres durante a governo Temer, Silvio Cecchi, que já atuou em grupos educacionais, como a Anhanguera e a FMU, e hoje é assessor especial da Casa Civil. O nome, no entanto, causou divergências, principalmente na ala militar. O cargo ficou vago por semanas.

O ex-ministro Ricardo Vélez Rodríguez havia nomeado para a secretaria seu ex-aluno Marcos Antônio Barroso Faria. Entre seus diretores subordinados, estavam alguns integrantes da ala militar do MEC.

Foi durante a gestão Vélez que o Ministério da Educação promoveu um "mutirão" nos primeiros meses do ano para acelerar a abertura de novas universidades no País. Pedidos de credenciamento que estavam parados havia anos na pasta foram liberados para análise do Conselho Nacional de Educação (CNE). No entanto, com a chegada de Weintraub esse movimento estagnou, segundo fontes do setor privado.

topo ↕

AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

MEC libera R\$ 43 milhões para continuar obras em universidades federais

Liberação ocorre em meio contingenciamento e discussão com reitores sobre

Future-se

O MEC (Ministério da Educação) vai liberar R\$ 43 milhões para continuidade de obras em universidades federais. Os valores vão permitir investimentos em 96 construções em andamento.

De acordo com o secretário de Educação Superior do MEC, Arnaldo Lima Junior, os valores foram remanejados dentro do orçamento da pasta e não se trata de algum descongelamento de recursos. "Esses valores não estavam previstos e, com isso, vamos conseguir aumentar em 50% a capacidade de investimento".

O foco é na conclusão de obras, segundo Lima. Do total liberado, R\$ 14,3 milhões serão destinados para a finalização de 54 obras identificadas com execução física igual ou maior a 75%. O restante do valor será aportado em 42 obras também anteriormente pactuadas, mas já iniciadas.

Segundo o MEC, a pasta havia empenhado cerca de R\$ 82 milhões para obras neste (mas não houve a execução final). A liberação desse R\$ 43 milhões estará disponível já a partir desta quinta-feira (17).

Os recursos serão destinados para obras em 35 universidades. Entre as principais construções, segundo o MEC, estão o Complexo de Saúde da UFLA (Universidade Federal de Lavras), e o Instituto de Ciências Básicas de Saúde da UFRGS (Federal do Rio Grande do Sul).

O MEC passa por um contingenciamento de recursos que também atinge o orçamento das federais. O governo Jair Bolsonaro (PSL) liberou no fim do mês passado R\$ 1,99 bilhão do valor congelado no início do ano —restam congelados, no entanto, R\$ 3,8 bilhões.

Do dinheiro desbloqueado, R\$ 1,156 bilhão (58%) foi para as universidades e institutos federais. Mesmo com a restituição recém anunciada, as universidades continuam com o bloqueio de 18% do orçamento discricionário (sem contar salário).

O governo também tenta emplacar o Future-se, que prevê iniciativas de fomento ao financiamento privado nas federais e a atuação de organizações sociais.

O projeto, em discussão dentro do MEC, enfrenta resistência de parcela dos reitores. A informação sobre a liberação do recurso ocorre no mesmo dia em que o secretário se reúne com a Andifes (organização que reúne os reitores) para falar sobre o assunto.

Segundo Lima, o projeto chegou a ter diretrizes de redução de gastos com pessoal para que a instituição pudesse aderir ao Future-se, mas essa ideia não constará a proposta final, prometeu o secretário. "Não haverá medida de redução de pessoal para participação do Future-se", disse.

Parte dos reitores questiona o foco dado às organizações sociais e, posteriormente, às fundações e também possíveis riscos de o programa acentuar desigualdades entre grandes e pequenas instituições.

CORREIO DO SUL - MG - NOTÍCIAS

MEC quer fundir Capes e CNPq em uma só fundação

A equipe do ministro da Educação, Abraham Weintraub, encaminhou nesta semana ao Ministério da Ciência a proposta de texto de medida provisória para fundir em uma mesma instituição a **Capes** e o CNPq. O MEC quer transformar as duas agências em uma fundação, que seria gerenciada pela pasta. A fusão é criticada no meio acadêmico e científico e enfrenta oposição do Ministério da Ciência.

A **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)** é ligada ao Ministério da Educação, enquanto o CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) está vinculado à pasta de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Os dois órgãos têm atribuições de fomento à pesquisa, mas atuam com objetivos distintos. Responsável pela avaliação e coordenação da pós-graduação, a **Capes** financia bolsas de pesquisa com foco na qualificação do pessoal de nível superior. Já o CNPq tem foco maior no fomento de atividades de pesquisa e tecnologia. Também fornece bolsas, mais voltadas à pesquisa científica e inovação.

O plano de fusão do governo Jair Bolsonaro (PSL) avança em meio a uma crise financeira que ameaça o pagamento de bolsas e a continuidade de grande projetos científicos, como o acelerador de partículas Sirius, maior empreendimento da ciência brasileira.

O Ministério da Ciência confirmou o recebimento do texto e ressaltou que se trata de uma proposta do MEC que não foi discutida pela pasta, sobretudo com relação à construção de uma fundação. A pasta informou ainda que se coloca à disposição para discutir a importância do CNPq.

O ministro Marcos Pontes publicou em rede social: "Sobre a ideia divulgada de junção do CNPq e **CAPES**: a posição do MCTIC é contrária à fusão, pois seria prejudicial ao desenvolvimento científico do País. Existe algum sobreposição de atividades e pontos de melhoria na gestão. Esses problemas já estão sendo trabalhados no CNPq".

topo ↕

TRIBUNA DA BAHIA - BA - RAIO LASER

Fusão CNPq/Capes

Os rumores de que o governo estuda fundir o CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) com a **Capes** (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) estão cada vez mais fortes. Líder do PCdoB na Câmara, o deputado Daniel Almeida critica a proposta. A discussão já estaria na Casa Civil. Pelo formato que está sendo desenhado por auxiliares do presidente Jair Bolsonaro, a **Capes** – ligada ao Ministério da Educação, comandado pelo ministro Abraham Weintraub – ficaria encarregada da coordenação. A proposta não agradaria o Ministério da Ciência e Tecnologia, responsável pelo CNPq.

Ciência

O líder do PCdoB na Câmara, deputado Daniel Almeida, criticou mais esta investida do governo na direção de dismantlar o sistema nacional de ciência e star muito tecnologia. “Essa medida equivocada pode cu ao nosso país, principalmente em termos de desenvolvimento econômico e tecnológico”, alertou. A justificativa para a fusão de CNPq e **Capes** seria a de racionalizar os recursos e favorecer o arrocho fiscal. Segundo o deputado, a comunidade científica alerta para os riscos e prejuízos da possível junção das agências.

topo ↕

CARTA CAMPINAS - TEMPO REAL

Destruição da ciência brasileira ganha novo capítulo com a ideologização total da pesquisa

Um gráfico elaborado por Fernanda de Negri, do Instituto de Pesquisas Aplicadas (Ipea) deixa claro como o processo brasileiro do Golpe de 2016, governo Temer (MDB) e governo Bolsonaro (PSL) estão estrangulando o financiamento da Ciência brasileira.

A ampliação do financiamento foi uma conquista que ocorreu gradativamente durante uma década dos governos petistas de Lula e Dilma. Após o golpe de 2016, começa o processo de estrangulamento que deve terminar agora com o fim do Ministério da Ciência e Tecnologia. Na queda vertiginosa da Ciência, o governo Bolsonaro deve destinar em 2020 para a Ciência brasileira o mesmo valor de 20 anos atrás, durante o governo Fernando Henrique Cardoso (PSDB), representando talvez o maior retrocesso da história da ciência brasileira. Veja gráfico:

Valores totais previstos no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de cada ano, excluídas as reservas de contingência. Fonte: SIOP. Elaboração: Fernanda De Negri / Ipea

Reportagem de Herton Escobar, do Jornal da USP, relata a articulação do Ministério da

Educação (MEC) para tomar conta do CNPq e tirá-lo do Ministério da Ciência e Tecnologia.

O CNPq será submetido à **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, o que conferiria ao MEC controle financeiro sobre grande parte da ciência produzida no Brasil, dentro e fora das universidades. E continua:

A fusão “seria um desastre para o sistema de financiamento à pesquisa no Brasil”, segundo Marcio de Castro Silva Filho, professor da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo (Esalq-USP), presidente da Sociedade Brasileira de Genética (SBG) e presidente do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação (Foprop). “Na verdade, a **Capes** engoliria o CNPq”, avalia ele. “São agências diferentes, com missões diferentes, que operam de forma diferente. Não tem como juntar as duas coisas.”

“Não há dúvida de que a fusão será um caos para ambas as agências, com prejuízos tanto para a pesquisa quanto para a pós-graduação”, reforça o pesquisador Glaucius Oliva, professor do Instituto de Física de São Carlos da USP e ex-presidente do CNPq. O argumento de que a junção proporcionaria uma otimização de recursos, segundo ele, “é absolutamente falacioso”. “Trata-se, estritamente, de uma disputa de poder; uma ação predatória do MEC para canibalizar o CNPq e impor uma agenda ideológica dentro da ciência brasileira.”

Sem CNPq e Finep, a existência do próprio ministério seria colocada em xeque, segundo especialistas. “Vejo que um desdobramento natural desses processos seria o fim do MCTIC”, diz o cientista político Luis Manuel Rebelo Fernandes, professor do Instituto de Relações Internacionais (IRI) da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, que já foi secretário-executivo do ministério, presidente da Finep e hoje integra o Conselho Superior da **Capes**. “Tudo isso me preocupa enormemente.”

As ações propostas, segundo ele, representam “efetivamente um desmonte” do sistema nacional de ciência e tecnologia — que tem na tríade CNPq-**Capes**-Finep a sua espinha dorsal há mais de meio século. “É um sistema exitoso e muito bem consolidado, que perpassou diversas mudanças de governo”, destaca Fernandes. “Claro que sempre há espaço para melhorias, e cada governo pode dar a sua respectiva ênfase, mas nunca houve antes uma proposta de desestruturação do sistema.”

“É o fim das agências, o fim do ministério e o fim da ciência no Brasil”, decreta a pesquisadora Helena Nader, professora da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), presidente de honra da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e também membro do Conselho Superior da **Capes**.

[topo](#)

CEILÂNDIA EM ALERTA - NOTÍCIAS

Parlamentares e reitores rechaçam ataques de Bolsonaro à educação

A Câmara promoveu nesta terça-feira (15), Dia do Professor, uma Comissão Geral que fez um amplo debate sobre a situação das universidades públicas, dos institutos federais e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

O encontro, realizado a pedido do deputado Bacelar (Podemos-BA), reuniu representantes de movimentos sociais e segmentos do setor educacional, para analisar as

ameaças do governo Bolsonaro ao ensino superior e o contingenciamento orçamentário.

Entre os temas abordados, a intenção do Ministério da Educação de submeter as universidades a metas e indicadores de desempenho, típicos da iniciativa privada, as restrições orçamentárias que ameaçam o funcionamento e a existência de instituições como o CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) com a **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)** e o programa Future-se.

O presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) e reitor da Universidade Federal da Bahia (UFBA), João Carlos Salles, avaliou que aqueles que veem a universidade pública “como um negócio” são incapazes de enxergar o alcance que a produção científica tem para o desenvolvimento do país.

“O parlamento deve ver o perigo presente nas atuais ameaças à Universidade. Com tais ameaças, correm perigo os valores, os princípios e os fundamentos que lhes servem, dia a dia, para fazer de nossa sociedade uma nação ativa, livre, autônoma, na qual o bem-estar social garanta a todos o exercício mais livre da cidadania”, afirmou.

A atuação do governo em relação ao setor recebeu duras críticas dos participantes da comissão geral que denunciaram a existência de um incessante ataque às estruturas existentes sem apontar um caminho que traga avanços.

Segundo a deputada Alice Portugal (PCdoB-BA), que falou em nome da liderança da Minoria, o corte de verbas imposto às instituições é consequência de uma opção política, que vem se arrastando desde o governo (Michel) Temer e tem seu “coroamento nefasto” com Bolsonaro.

“O que temos hoje no Brasil é uma visão terraplanista de, lamentavelmente, afastar o desenvolvimento científico e tecnológico das prioridades do país, reduzindo o Brasil – de grande potencial educacional para desenvolver o seu povo – a uma colônia de quinta categoria completamente submissa aos interesses das potências do norte”, assinalou.

Alice Portugal lembrou que, em março deste ano, o governo federal fez um corte de 30% nos recursos de custeio e investimento no ensino superior. Do total de recursos que foram contingenciados, houve a devolução de apenas R\$ 1.99 bilhão, em setembro, que não resolveu o problema das universidades e dos institutos federais.

O deputado Bacelar também condenou as restrições orçamentárias e o que chamou de uso ideológico do Ministério da Educação. “Está nítido como o MEC tem se pautado apenas por temas rasos de uma polêmica ideológica que sustenta esse governo”, criticou.

Ele lamentou ainda os cortes orçamentários nas bolsas de pesquisa. “Sei do problema do corte das bolsas e sei agora da tentativa de fundir **Capes** e CNPq. Mas acima de todos esses problemas, sem dúvida, o problema maior é a transformação do Ministério da Educação em uma ferramenta ideológica”, disse.

Para o deputado Márcio Jerry (PCdoB-MA), as restrições orçamentárias levaram as

universidades públicas e institutos federais a uma situação muito grave e as previsões para o ano que vem são sombrias. O parlamentar recomendou que as mobilizações em defesa da educação, que entidades ligadas ao setor realizaram este ano em todo o país, sejam reforçadas.

“Acho que das mensagens que ouvimos aqui, constatações, os dados, todos eles atestam que nós temos uma crise grave e um ataque sistemático contra a educação em nosso país, em todos os níveis. Contra a pesquisa, contra a ciência, contra as universidades, contra os institutos de educação. Isso é muito grave”, observou o comunista.

Os reitores presentes também criticaram o programa “Future-se”. A reitora da Universidade de Brasília, Márcia Abrão, disse que a proposta fere a autonomia universitária, sendo inconstitucional.

Alguns participantes pediram apoio à Proposta de Emenda à Constituição (PEC 24/19), da deputada Luisa Canziani (PTB-PR), que permite às universidades públicas usarem seus recursos próprios – arrecadados por meio de ampliação de serviços, doações ou convênios – fora do limite do teto de gastos anual instituído pela emenda constitucional 95.

Siga nossas redes sociais Site:

<https://www.ceilandiaemalerta.com.br/>

Site: <http://jornaltaguacei.com.br/>

Página noFacebook: <https://www.facebook.com/CeilandiaEmAlerta>

Página noFacebook: <https://www.facebook.com/jtaguacei/>

Página pessoal: <https://www.facebook.com/jeova.rodriguesneves.5>

Página pessoal: <https://www.facebook.com/jeova.rodriguesneves>

Twitter: <https://twitter.com/JTaguacei>

Instagram: <https://www.instagram.com/jeovarodriguespt13p>

https://www.youtube.com/channel/UCPu41zNOD5kPcExtbY8nIgg?view_as=subscribe
[rookok](#).

topo ↕

JORNAL GRANDE BAHIA - TEMPO REAL

Políticas do Governo Bolsonaro para educação são criticadas em debate no Plenário da Câmara dos Deputados

Segundo os parlamentares, existe um ataque do Governo Bolsonaro às estruturas existentes no setor da educação sem apontar um caminho que traga avanços. Sessão foi presidida pelo deputado Bacelar (Pode-BA).

Os participantes da comissão geral sobre a defesa das universidades públicas, dos institutos federais e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) criticaram nesta terça-feira (15/10/2019) a forma de atuação do governo em relação ao setor. Segundo eles, existe um ataque às estruturas existentes sem apontar um caminho que traga avanços.

O deputado Bacelar (Pode-BA), autor do requerimento para a comissão geral, deu o tom inicial dos debates, criticando as restrições orçamentárias e o que ele acredita ser um uso ideológico do Ministério da Educação. “Está nítido como o MEC tem se pautado apenas por temas rasos de uma polêmica ideológica que sustenta esse governo”,

criticou.

O deputado também lamentou os cortes orçamentários nas universidades e nas bolsas de pesquisa. “Os reitores não têm recursos nem para pagar a conta de luz. Sei do problema do corte das bolsas e sei agora da tentativa de fundir **Capes** e **CNPq**. Mas acima de todos esses problemas, sem dúvida, o problema maior é a transformação do Ministério da Educação em uma ferramenta ideológica”, disse.

Future-se

Os reitores presentes também criticaram o programa “Future-se”, que busca novas fontes de financiamento para o ensino superior público. Segundo o reitor da Universidade Federal da Bahia, João Carlos da Silva, o governo trata as universidades como se elas fizessem parte de um negócio que deve ter como meta obter resultados financeiros. A reitora da Universidade de Brasília, Márcia Abrão, disse que a proposta fere a autonomia universitária, sendo inconstitucional.

Vice-presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, Fernanda Sobral lembrou, porém, que os resultados atuais são relevantes. Ela citou um exemplo que vem sendo noticiado no momento sobre um paciente que está sendo tratado com sucesso de um linfoma por meio de uma nova terapia desenvolvida no Hospital das Clínicas de Ribeirão Preto, vinculado à Universidade de São Paulo.

Vice-presidente da Academia Brasileira de Ciências, Helena Nader disse que o ministro da Educação, Abraham Weintraub, não pode considerar as críticas como um conflito entre direita e esquerda.

Ela disse que reconhece, por exemplo, que muitas conquistas foram feitas pelo governo militar, como a dedicação exclusiva para professores das universidades, classificados pelo ministro de “zebras gordas”. “Eu me senti ofendida, ministro, eu lhe respeito e eu quero respeito, porque eu dou a vida, nos meus 71 anos, pela universidade. Não faço bico em nenhum lugar.”, ressaltou Nader.

Governo

Representando o Ministério da Educação, Tomás Sant’Ana, disse que os cortes orçamentários caíram de 30% para 15% do total e que o programa “Future-se” ainda será enviado para o Congresso para debate.

Também pelo governo, **Anderson Correia**, da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, disse que o pagamento das bolsas da instituição está garantido. “O nosso plano para este ano vai ser cumprido, de pagar todos os bolsistas até o final do ano sem nenhum tipo de atropelo, honrando 100% dos bolsistas. Deixando de renovar aquelas bolsas que não possuem qualidade com base na meritocracia”.

Importância

O reitor da Universidade Federal do Cariri (CE), Ricardo Luiz Ness, destacou a importância das universidades públicas para a redução das desigualdades sociais. “A decisão de interiorizar o ensino superior trouxe ao jovem do Cariri a oportunidade de realizar o sonho de ter uma formação de qualidade, uma profissão, com consequente melhoria da sua qualidade de vida e de seus familiares”, revelou.

Alguns participantes pediram apoio à Proposta de Emenda à Constituição (PEC 24/19) que permite às universidades públicas usarem seus recursos próprios fora do limite do teto de gastos anual.

*Com informações da Agência Câmara.

topo ↕

REVISTA VISÃO - TEMPO REAL

Udesc Lages com processo seletivo aberto para mestrado, doutorado e bolsa de pós-doutorado da Capes

O Centro de Ciências Agroveterinárias (CAV), da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc) em Lages, está com processo seletivo aberto para o Programa de Pós-Graduação em Ciência do Solo, com ingresso no primeiro semestre de 2020.

As inscrições acontecerão até 8 de novembro, pela internet. Os interessados deverão preencher formulário eletrônico para o mestrado ou doutorado e anexar on-line os documentos requeridos no edital.

O número de vagas será definido após a análise das inscrições e dependerá da disponibilidade de orientadores e a disponibilidade e demanda por bolsas.

A seleção acontecerá com base nos seguintes critérios: análise do perfil acadêmico, com base no currículo; viabilidade de execução do projeto de pesquisa; desempenho na prova escrita; disponibilidade de orientador na área de concentração pretendida; e manifestação do docente da disponibilidade de orientação do candidato.

O Mestrado e o Doutorado em Ciência do Solo da Udesc Lages são gratuitos e estão entre os melhores do País, com conceito 5 da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**.

O programa possui três linhas de pesquisa: Caracterização, Conservação e Uso de Recursos Naturais; Dinâmica de Elementos Químicos e Nutrição de Plantas; e Produtividade de Sistemas Agrícolas e Florestais.

Bolsa de pós-doutorado

Programa de Pós-Graduação em Ciência do Solo também está com seleção aberta para bolsista de pós-doutorado, pelo Programa Nacional de Pós-Doutorado (PNPD) da **Capes**.

De acordo com o edital, a bolsa é específica para atuar em projeto na área de Ciência do Solo, nas seguintes especialidades: Física e Manejo do Solo; Gênese e Classificação do Solo; ou Química e Fertilidade do Solo.

As inscrições acontecerão até 31 de outubro, pela internet. Os interessados deverão preencher formulário eletrônico e anexar on-line os documentos requeridos.

Mais informações podem ser obtidas, das 8h às 16h, pelos telefones (49) 3289-9169, 9115 e 9158, por mensagem para ppgcs.cav@udesc.br e jackson.albuquerque@udesc.br e na página do programa.

Assessoria de Comunicação da Udesc Lages

topo ↕

TODO DIA - SP - BRASIL

Em ato histórico, Unicamp protesta contra cortes

Cerca de oito mil pessoas lotaram o Ciclo Básico do campus da Cidade Universitária

Cerca de oito mil pessoas – entre estudantes, professores, pesquisadores e funcionários da Unicamp – lotaram o Ciclo Básico do campus da Cidade Universitária, em Campinas, no começo da tarde de ontem, e aprovaram em assembleia extraordinária uma moção pública contra o corte de recursos pelo governo nos repasses de verbas que sustentam as pesquisas.

O primeiro a empunhar o microfone foi o reitor, Marcelo Knobel, que considerou o dia histórico. Ele lembrou a gravidade do momento, afirmando que o contingenciamento de verbas afeta as bolsas de estudo e paralisa o avanço tecnológico. Milhares de integrantes da comunidade interna da Unicamp ergueram as mãos em um dos momentos mais emocionantes do ato.

Não se via um manifesto de tal porte na Unicamp desde que uma outra assembleia extraordinária protestou contra a ingerência do ex-governador Paulo Maluf nos rumos da universidade, no começo dos anos 80, ainda durante o regime militar.

“A comunidade acadêmica da Unicamp manifesta sua indignação diante dos reiterados ataques contra a educação e a ciência perpetrados no Brasil nos últimos meses, e conclama a sociedade a unir-se em defesa da universidade pública gratuita, laica, socialmente referenciada e de qualidade”, diz a moção, elaborada em consenso, pelos representantes da Reitoria, da Adunicamp (Associação dos Docentes da Unicamp), STU (Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp), DCE (Diretório Central dos Estudantes) e da APG (Associação de Pós-Graduandos da Unicamp).

E o documento continua. “Neste momento preocupante da história nacional, caracterizado por uma crise econômica e política sem precedentes, é vital que as universidades públicas reafirmem seu valor e ressaltem a importância da autonomia para o cumprimento de sua missão”.

O mesmo manifesto também foi marcado pela participação de lideranças sociais e políticas, que discursaram a favor dos direitos humanos, da sustentabilidade e da diversidade.

MENOS VERBAS

A assembleia extraordinária foi realizada no contexto de uma drástica redução de recursos federais destinados ao financiamento de bolsas e demais auxílios à pesquisa. O CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) registrou este ano um déficit de R\$ 330 milhões, a **Capex (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**, de R\$ 800 milhões, e a Finep (Financiadora de Inovação e Pesquisa) está paralisada pela falta de recursos necessários para honrar compromissos assumidos, de acordo com a Unicamp.

topo ↕

UNB NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Lideranças que transformam

OPINIÃO

Isaac Roitman é doutor em Microbiologia, professor emérito da Universidade de Brasília, coordenador do Núcleo de Estudos do Futuro (n.Futuros/CEAM/UnB), membro titular de Academia Brasileira de Ciências. Ex-decano de Pesquisa e Pós-Graduação da UnB, ex-diretor de Avaliação da **CAPES**, ex-coordenador do Grupo de Trabalho de Educação, da SBPC, ex-sub-secretário de Políticas para Crianças do GDF. Autor, em parceria com Mozart Neves Ramos, do livro *A urgência da Educação*.

Na história da humanidade, lideranças em áreas específicas influenciaram de forma definitiva a sua evolução. Podemos citar alguns exemplos, em ordem alfabética: Albert Einstein, Anísio Teixeira, David Ben-Gurion, Darcy Ribeiro, Fidel Castro, George Washington, Juscelino Kubitschek, Madre Teresa de Calcutá, Mahatma Gandhi, Martin Luther King, Maximilien de Robespierre, Napoleão Bonaparte, Nelson Mandela, Nicolau Copérnico, Sigmund Freud, Oswaldo Cruz, Santos Dumont, Simon Bolívar, Theodore Roosevelt Jr, e Winston Churchill.

Se analisarmos a humanidade no presente, vamos chegar à conclusão de que estamos em retrocesso. Presenciamos um verdadeiro circo de horrores – atentados, assassinatos, migrações induzidas, guerras, crianças morrendo por desnutrição, destruição de nosso meio ambiente e outras mazelas do nosso, assim chamado, mundo civilizado. No Brasil, convivemos com uma escandalosa injustiça social e uma corrupção explícita, onde até a vergonha foi jogada pelo ralo. Vivenciamos uma crise de valores morais e culturais, e uma escassez de líderes dispostos a superar esse momento delicado e trágico. É preciso destacar e exaltar a importância vital do surgimento de lideranças autênticas e genuínas para a construção de um novo tempo, que nos faça sair da senda da desgraça a que hoje nos submetemos.

Nossas lideranças, em sua maioria, não estão à altura para superarmos as crises que vivemos. Focadas nos interesses pessoais ou de grupos, não titubeiam diante das repercussões inadequadas de suas ações. Muitas delas ganham poder. Uma pergunta então emerge: O poder corrompe? O poder é, ou deveria ser, um instrumento para o bem comum. Assim, as pessoas investidas no poder devem ser honestas e de caráter firme para não se deixarem corromper nem promoverem a corrupção. A corrupção e a desonestidade não rondam apenas os escalões mais elevados do poder. Na atual conjuntura brasileira, o cidadão se vê desprotegido, violentado e lesado nos seus direitos, ameaçado por quem o deveria proteger. O mau exemplo das autoridades é corrosivo e induz à corrupção.

A liderança é talento que precisa ser identificado e desenvolvido. Howard Gardner define talento "por um arranjo complexo de aptidões ou inteligências, habilidades instruídas e conhecimento, disposições de atitudes de motivações que predispõem um indivíduo a sucessos em uma ocupação, vocação, profissão, arte ou negócio". Segundo a Organização Mundial de Saúde, cerca de 4% das crianças e jovens apresentam altas habilidades gerais ou específicas. No Brasil não é fácil a identificação de crianças e dos jovens com talento de liderança, pois a educação brasileira é feita com um tratamento homogêneo dos estudantes, sem reconhecer a diversidade entre eles. Em adição, as políticas para a identificação e o desenvolvimento de talentos no Brasil são incipientes. Especialistas no campo da educação de talentos apontam que a identificação precoce do talento é importante. De maneira geral, as escolas não dispõem de recursos e não têm

corpo docente, adequadamente, preparado para prover os desafios acadêmicos, sociais e emocionais para proporcionar o desenvolvimento das lideranças.

Quatro dimensões são consideradas importantes para aferir o potencial de liderança: o autodesenvolvimento, a habilidade no relacionamento interpessoal, a visão sistêmica e o senso crítico e a responsabilidade. Essas características se manifestam e podem ser percebidas nos primeiros anos de vida, e devem ser desenvolvidas no ambiente escolar.

A tendência da aprendizagem, baseada na discussão de temas e na resolução de problemas, pode ser considerada como um cenário adequado para o exercício do pensar e da crítica argumentativa. Uma correta visão de um mundo civilizado e o estímulo ao conhecimento geral seriam pré-requisitos para a formação de nossos futuros líderes.

Um ambiente de total liberdade de diálogo e de expressão de pensamentos é absolutamente fundamental para o estímulo na formação de lideranças. Romper com a falsa verdade de que alguém é o dono das verdades e diminuir a importância do próprio "eu" também devem fazer parte de um ambiente para a formação de novas lideranças que nos conduzam a um novo Brasil, sem desigualdades sociais, onde todos os brasileiros e brasileiras possam realizar os seus sonhos.

topo ↕

VERMELHO - TEMPO REAL

Líder do PCdoB diz que fusão CNPq/Capes pode custar caro ao país

Os rumores de que o governo estuda fundir o CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) com a **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)** estão cada vez mais fortes. Líder do PCdoB na Câmara, o deputado Daniel Almeida critica a proposta.

A discussão já estaria na Casa Civil. Pelo formato que está sendo desenhado por auxiliares do presidente Jair Bolsonaro, a **Capes** – ligada ao Ministério da Educação, comandado pelo controverso Abraham Weintraub – ficaria encarregada da coordenação. A proposta não agradaria o Ministério da Ciência e Tecnologia, responsável pelo CNPq.

O líder do PCdoB na Câmara, deputado Daniel Almeida (BA), criticou mais esta investida do governo na direção de dismantlar o sistema nacional de ciência e tecnologia. “Essa medida equivocada pode custar muito ao nosso país, principalmente em termos de desenvolvimento econômico e tecnológico”, alertou o parlamentar por meio de sua conta no Twitter.

A justificativa para a fusão de CNPq e **Capes** seria, como tem se tornado recorrente no governo, a de racionalizar os recursos e favorecer o arrocho fiscal. O projeto, que ganhou corpo no último mês, recebeu o repúdio de entidades científicas e tecnológicas.

A comunidade científica alerta para os riscos e prejuízos da possível junção das agências. Cerca de 70 entidades científicas, acadêmicas e tecnológicas divulgaram, na sexta-feira (11), um manifesto contra a fusão. Criados em 1951, os dois órgãos têm funções distintas.

A **Capes** tem a missão de aprimorar a formação de profissionais de ensino superior, por meio da pós-graduação, além de ajudar na qualificação de professores de ensino básico

e solidificar a educação a distância no país. Já o CNPq se concentra em fomentar projetos de pesquisa, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento científico e tecnológico do Brasil.

Manifesto

O documento, encabeçado pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), a Academia Brasileira de Ciências (ABC) e outras 12 instituições, será encaminhado aos presidentes da Câmara e do Senado, aos titulares das Pastas envolvidas, além dos ministros da Secretaria de Governo, Casa Civil e Economia.

Segundo a carta, a proposta de fusão do CNPq e **Capes** é uma medida equivocada que poderá trazer consequências comprometedoras, tanto para o sistema de ensino brasileiro, como para o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação.

topo ↕

DIÁRIO DA AMAZÔNIA - RO - GERAL

Enem : candidatos poderão consultar locais de prova hoje; veja o endereço e o número da sala do exame estarão no sistema junto com a liberação do cartão de confirmação da inscrição

Os cerca de 5 milhões de candidatos que farão o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) poderão consultar hoje, dia 16 de outubro, seus locais de prova do exame, que acontece nos próximos dias 3 e 10 de novembro. Segundo o Ministério da Educação (MEC), o endereço e o número da sala estarão no sistema junto com a liberação do cartão de confirmação da inscrição, que deverá ser liberado a partir das 10h.

Para encontrar o documento, é preciso acessar a Página do Participante ou entrar no aplicativo do Enem para celular, disponível na Apple Store e na loja do Google Play .

O Inep, autarquia do MEC responsável pela aplicação do exame, recomenda que os participantes levem o cartão de confirmação impresso nos dois dias de prova. É preciso levar também um documento de identificação original, oficial e com foto (cópias autenticadas não serão aceitas). Além disso, é necessário chegar ao local do exame com antecedência nos dias de avaliação.

Uma das sugestões de professores é que os candidatos façam o trajeto até o local de prova alguns dias antes da aplicação, para entender quanto tempo demoram e se é necessário usar algum tipo de transporte.

Calendário do Enem

Provas: os exames serão realizados nos dias 3 e 10 de novembro, a partir das 13h30, horário de Brasília. Os candidatos devem chegar aos locais de prova até as 13h, horário de Brasília, quando são fechados os portões. No primeiro dia, serão aplicados os exames de Redação, Linguagens e Ciências Humanas. No segundo dia, as provas são de Matemática e Ciências da Natureza.

Publicação do gabarito: o gabarito oficial só será divulgado no dia 13 de novembro, três dias depois do último domingo de provas.

Resultados: para quem está concluindo o ensino médio, o resultado será liberado em janeiro de 2020. Já para os treineiros, isso só acontecerá em março de 2020.

topo ↕

FOLHA DA REGIÃO - TEMPO REAL

Vereadores e Educação discutem futuro dos banhos por agentes nas creches

Integrantes da Comissão de Educação da Câmara Municipal de Araçatuba e da Secretaria municipal de Educação reuniram-se na tarde de terça-feira (15), para encontrarem uma solução ao caso de manifestação popular contra a atuação de agentes masculinos na higiene das crianças em creches e berçários da rede municipal de Ensino.

Os parlamentares presentes à reunião foram a presidente da Câmara de Araçatuba, Tieza Lemos Marques; o presidente da Comissão de Educação da Câmara, professor Cláudio Henrique da Silva; Antonio Edwaldo Dunga da Costa e Carlos Roberto Santana, o Carlinhos do Terceiro, que questionaram a secretária municipal de Educação de Araçatuba, Silvada de Sousa e Souza, acompanhada de sua equipe. Segundo a secretária, os vereadores trouxeram a preocupação que tem chegado aos gabinetes, de mães que ficam receosas por terem agentes masculinos atuando na educação infantil e foram esclarecidos que em nenhum momento esses agentes ficam sozinhos com as crianças. Embora tenham um número considerável em apenas oito escolas, eles apenas auxiliam e sempre estão acompanhados por mulheres durante o banho das crianças. “Não tivemos nenhuma reclamação de mães ou pais até o momento que tenham se sentido incomodados ou constrangidos por terem agentes atuando junto a seus filhos. Pelo contrário, temos depoimentos de diretores de escola cujo filho é cuidado por um agente do sexo masculino e só tem elogios a fazer”, exemplifica Silvana.

Ainda segundo a secretária, foram esclarecidas todas as questões, demonstrando que dentro do magistério existem regras para todas as situações, inclusive para a questão da atribuição do cargo. “Regras essas que não podemos infringir”, destacou.

Vereadores tentarão mudar a lei

A comissão de vereadores decidiu então consultar os departamentos jurídicos da Prefeitura de Araçatuba e da Câmara Municipal, em vias de ser colocado um adendo, na questão dos agentes escolares, de que a atribuição fosse feita pela secretaria, diferente da condição legal atual, em que a escolha é dos próprios profissionais para todos os cargos da Educação. “É também importante destacar que esse critério de escolha, de remoção e de serem classificados e através dessa classificação eles escolherem, não foi criado com o cargo do Agente Escolar”, explica Silvana. “O agente escolar foi enquadrado em um Plano de Carreira já existente e que já trazia essa previsão de direitos. Não é dessa atual gestão essa questão de regulamentar inclusive o processo de escolha do local onde o agente vai trabalhar”. Outro ponto que foi esclarecido é de que os agentes escolares, embora tenham ensino médio, trabalham sob a liderança de pessoas com graduação em Pedagogia. “Logo, em momento algum estamos descumprindo a legislação, inclusive temos consulta feita ao MEC em que o MEC se posiciona que o professor precisa tem formação em licenciatura, em ensino superior, e todas as turmas, desde o berçário, contam com um profissional desses, que então precisam de auxiliares. O nível de formação e as atribuições estão na competência de cada município reger. Tudo esta sendo feito dentro dos princípios da legalidade e da moralidade, atuamos firmemente para que todas as crianças tenham condições dignas, sejam elas cuidadas por mulheres ou por homens. Até momento, o que temos das equipes escolares, de pais cujos filhos tem contato com os agentes escolares masculinos, são só elogios, não tivemos nenhuma reclamação nesse sentido”, conclui.

Novos agentes e os melhores índices

CLIPPING



Segundo planilhas apresentadas pela SME durante a reunião, com a contratação dos agentes desde 2017 houve uma redução significativa da fila de espera por vagas nas creches municipais, que antes era de aproximados 1.300 e hoje caíram para cerca de 200. Em 2016, foram registradas 15.474 matrículas, contra as atuais 16.580, sendo um acréscimo de 1.106 em 2019. Ainda segundo a planilha da Educação, o comparativo de funcionários registra o total de 1.674 servidores no final de 2016 e 1810 em julho de 2019. Diferença positiva de 134 funcionários no período. Apenas oito dos berçários da rede municipal contam com agentes masculinos auxiliando no banho das crianças e em nenhuma dessas unidades houve ocorrência de reclamação ou denúncia de qualquer tipo de incômodo por parte dos pais e responsáveis ou mesmo de servidores. São as EMEBs Prof. Alvino Barbosa, Profª Aparecida Garcia Carvalho Rico, Camila Tomashinsky, Esther Gazoni, Jacinto Guilherme de Moura, Lourdes Regina de Sousa, Profª Maria Aparecida Pimentel Ferraz e Profª Maria Helena de Freitas Carli.

